



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

O TRABALHO INFORMAL EM RECIFE:
perfil, trajetórias e estratégias de reprodução do comércio
ambulante

Recife, julho de 2019

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

O TRABALHO INFORMAL EM RECIFE:
perfil, trajetórias e estratégias de reprodução do comércio ambulante

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno **Paulo Victor Lucena de Amorim** ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador (a): Maurício Sardá de Faria

Recife, julho de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

A524t Amorim, Paulo Victor Lucena de
Trabalho informal no Recife: perfil, trajetórias e estratégias de
reprodução do comércio ambulante / Paulo Victor Lucena de
Amorim. – 2019.
106 f. : il.

Orientador: Maurício Sardá de Farias.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2019.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Trabalho informal – Recife (PE) 2. Vendedores ambulantes –
Recife (PE) 3. Comércio - Aspectos sociais – Recife (PE) I. Farias,
Maurício Sardá de, orient. II. Título

CDD 300

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

**O TRABALHO INFORMAL EM RECIFE:
perfil, trajetórias e estratégias de reprodução do comércio ambulante**

Monografia aprovada em 18 de julho de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria (Orientador)

Prof. Ms. Marco Antônio Levay Filho (Externo)

Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (UFPE)

Prof.^a Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE)

Dedico esse trabalho aos meus pais, amigos e familiares que a todo o momento foram pessoas fundamentais em toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

A oportunidade infelizmente ainda não é uma palavra democrática, em uma sociedade marcada pela pobreza e desigualdade social, ter oportunidade é ser privilegiado. Cursar Ciências sociais na UFRPE, foi uma grande conquista em minha vida acadêmica, sobretudo, pessoal. Mesmo diante de todas as incertezas e dificuldades, concluo com a esperança de que a Universidade Pública seja cada vez mais democrática e inclusiva, e que se torne uma via de regra para todos que almeja o ensino superior.

Essa conquista pessoal é fruto de colaborações e contribuições de pessoas essenciais neste percurso, que possibilitaram que nas alegrias e nas incertezas, nunca faltassem força, foco e determinação. Primeiramente, agradeço aos meus pais, que de maneira especial, escrevo por extenso seus nomes: Verônica Maria de Lucena e Paulo Sérgio Rocha de Amorim. Estes que em toda a vida apoiaram meus sonhos, desejos e ambições e que hoje tenho muita gratidão. Registro, pois, tenho consciência que graças a eles tive oportunidade de ser o primeiro da família a entrar em uma universidade pública e concluir tal feito com êxito.

Agradeço também meus familiares, aos quais foram igualmente importantes em todo o processo do vestibular até a etapa de conclusão da graduação, cito nominalmente minha avó Clemilda Rocha de Amorim, a matriarca da família, que para mim é um exemplo feminino de força e determinação. Agradeço em memória, aos meus avós, que foram pessoas especiais em minha vida e que guardo carinhosamente em minhas lembranças.

Não poderia deixar registrar também o sentimento de apreço e gratidão que intimamente tenho pelos ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ex-presidente Dilma Vana Rousseff. Pois graças às ações institucionais realizada em seus governos, foi possível iniciar uma considerável democratização no ensino superior. Possibilitando que mais um filho de um pai eletricitista e de uma mãe dona de casa pudesse entrar e concluir uma etapa sublime de sua vida, repleta de aprendizagem e experiência, com uma bagagem recheada de conhecimento, alegria e esperança.

Ao longo de todo esse percurso vivenciei momentos incríveis em minha

vida que serão guardados para sempre. Guardarei também todas as amizades que fiz, em especial, minha amiga Gleyce Kelly, Miguel Santos, Lucas Elias e Lucas Rodrigo. Foram esses amigos que muitas vezes serviram de norte e também como porto seguro, o qual dividi todas as felicidades e angústias dentro e fora da universidade. Agradeço a Felipe Gonçalo e kelvin Luiz, pessoas especiais que sempre me apoiaram e incentivaram a todo o momento.

Agradeço a meu Professor Dr. Maurício Sardá, por suas contribuições oferecidas, seus pertinentes comentários e colaborações, por sua disposição e dedicação na orientação deste respectivo trabalho de conclusão de curso. Sou extremamente grato por seu acolhimento e companheirismo nesse processo, e levarei seus ensinamentos em todos os projetos futuros.

Agradeço também a todo o corpo docente do departamento de Ciência Sociais, em especial, a Professora Dr. Júlia Benzaquen, que foi como uma grande mãe dentro da universidade, em todo momento dedicando seu tempo, carinho e atenção a todos. Por último, mas não menos importante, agradeço a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e a todos que fazem parte dessa universidade que me receberam e me acolheram em toda essa trajetória.

A todas e todos, minha eterna gratidão e reconhecimento.

“Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam
Tem gente que não quer saber de
trabalhar

Mas quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar p'ra casa pros teus braços
Quem sabe esquecer um pouco
De todo o meu cansaço
Nossa vida não é boa
E nem podemos reclamar

Sei que existe injustiça
Eu sei o que acontece
Tenho medo da polícia
Eu sei o que acontece
Se você não segue as ordens
Se você não obedece
E não suporta o sofrimento
Está destinado à miséria
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece [...].”

(Música do trabalho, Legião Urbana)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo central analisar os perfis, trajetórias e estratégias de reprodução da informalidade dos trabalhadores ambulantes nas adjacências do Shopping Boa Vista. Investigando a inserção do indivíduo na informalidade, as condições de trabalho dos vendedores ambulantes, as relações de comercialização e suas estratégias de reprodução. Entendemos que o trabalho é uma das categorias fundantes do ser social, sendo importante para compreensão das relações sociais, das novas configurações da sociedade moderna e das inferências do capitalismo sobre o indivíduo. Diante das atuais configurações sociais e nas mudanças da relação homem-trabalho, a temática adquire novas concepções e tipificações, dentre elas, a categoria da informalidade. Nesse caso, partimos do entendimento de que o mercado de trabalho contemporâneo promove um processo de precarização, automação produtiva e instabilidade empregatícia, pressupõem que o mercado informal estrutura a lógica capitalista como um setor inferior e precário, estabelecendo postos de trabalhos sem direitos e seguridades trabalhistas, constituindo uma organização marginalizada e instável no mercado. Para fundamentar a temática utilizamos como arcabouço teórico o debate sobre a estruturação produtiva do mercado por Milton Santos (2008), Ricardo Antunes (2016) e Keith Grint (1998); a análise do trabalho informal por Jessé de Souza (2012 e 2016), em André Gorz (2004); na investigação sobre estratégias e trajetórias profissionais por Nadya Guimarães (2004), Veras Telles (1999), dentre outras literaturas. Os aspectos metodológicos que dão suporte a este estudo pautam-se na triangulação de técnicas de pesquisa que inclui como ferramenta a revisão bibliográfica, a observação simples e a aplicação de 10 entrevistas semiestruturadas. A partir de uma perspectiva crítica da dialética marxista utiliza-se a análise de conteúdo para apreciar os dados coletados. O que observamos é que o comércio ambulante se apresenta como uma alternativa de ocupação de muitos indivíduos, que em geral, é caracterizado por pessoas com pouca formação escolar e profissional, possuindo uma trajetória marcada por empregos instáveis e tendo como estratégia de sobrevivência a informalidade.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalhadores ambulantes; informalidade.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo principal analizar los perfiles, trayectorias y estrategias de reproducción de la informalidad de los trabajadores móviles en las cercanías de Shopping Boa Vista. Investigar la inserción del individuo en la informalidad, las condiciones de trabajo de los vendedores ambulantes, las relaciones de marketing y sus estrategias de reproducción. Entendemos que el trabajo es una de las categorías fundadoras del ser social, siendo importante para comprender las relaciones sociales, las nuevas configuraciones de la sociedad moderna y las inferencias del capitalismo sobre el individuo. Ante las configuraciones sociales actuales y los cambios en la relación hombre-trabajo, la temática adquiere nuevas concepciones y tipificaciones, entre ellas, la categoría de informalidad. En este caso, partiendo del entendimiento de que el mercado laboral contemporáneo promueve un proceso de precarización, automatización productiva e inestabilidad laboral, presupone que el mercado informal estructura la lógica capitalista como un sector inferior y precario, estableciendo empleos sin derechos laborales ni seguridad. constituyendo una organización marginada e inestable en el mercado. Para basar la temática, utilizamos como marco teórico el debate sobre la estructuración productiva del mercado de Milton Santos (2008), Ricardo Antunes (2016) y Keith Grint (1998); el análisis del trabajo informal de Jessé de Souza (2012 y 2016), en André Gorz (2004); en la investigación sobre estrategias y trayectorias profesionales de Nadya Guimarães (2004), Veras Telles (1999), entre otras literaturas. Los aspectos metodológicos que respaldan este estudio se basan en la triangulación de técnicas de investigación que incluyen como herramienta la revisión bibliográfica, la observación simple y la aplicación de 10 entrevistas semiestructuradas. Desde una perspectiva crítica de la dialéctica marxista, el análisis de contenido se utiliza para apreciar los datos recopilados. Lo que observamos es que el comercio itinerante se presenta como una alternativa de ocupación de muchos individuos, que en general, se caracteriza por personas con poca formación escolar y profesional, con una trayectoria marcada por trabajos inestables y teniendo como estrategia de supervivencia la informalidad.

Palabras-clave: Trabajo; Trabajadores ambulantes; informalidad.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura I - O comércio ambulante na Boa Vista.....	23
Figura II - A (in)formalidade nas ruas do Recife.....	42
Figura III - Hierarquização dos circuitos econômicos.....	46
Figura IV - Um espaço em disputa.....	63
Figura V - Mapa da Av. Conde da Boa Vista.....	68
Figura VI - Mapa de densidade de comerciantes populares na av. Conde da Boa Vista.....	69
Figura VII - Mapa de delimitação do campo.....	69
Figura VIII - Imagens do comércio ambulante na Conde da Boa Vista.....	70
Figura IX - Imagens dos representantes políticos e sindicatos.....	71
Figura X - Imagens das manifestações dos ambulantes em 2014.....	91
Figura XI - Imagens do trabalhador ambulantes em manifestação em 2014.....	92

GRÁFICOS

Gráfico I - Taxa de desocupação por pessoas de 14 anos ou mais (PNAD).....	54
Gráfico II - O trabalho informal: número de pessoas na informalidade.....	66
Gráfico III - Renda média do trabalhador.....	67
Gráfico IV - Distribuição dos trabalhadores/as informais na Conde da Boa Vista por gênero.....	76
Gráfico V - Distribuição dos trabalhadores/as por escolaridade.....	79
Gráfico VI - Média salarial dos trabalhadores ambulantes na Boa Vista.....	81

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Espaço de Comercialização da atividade ambulante.....	72
QUADRO II - Perfil dos entrevistados.....	75
QUADRO III - Características Socioeconômica/familiar.....	79
QUADRO IV - Trajetórias dos trabalhadores Ambulantes.....	83
QUADRO V - Características da atividade de trabalho e suas estratégias.....	88
QUADRO VI - Relação trabalhador com o Sindicato.....	94

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CSURB - Companhia de Serviços Urbanos do Recife

EMURB - Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEI - Microempreendedor Individual

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

RMR - Região Metropolitana do Recife

SINTRACI - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - TRABALHO E CAPITALISMO: UMA FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA E CONCEITUAL	23
1.1 Notas sobre a categoria trabalho.....	23
1.2 Da escravidão ao trabalho assalariado: pressupostos históricos da categoria trabalho no Brasil.....	29
1.3 A constituição do Trabalho no Brasil e a consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).....	31
1.4 Da ralé aos batalhadores: Um diagnóstico sobre a informalidade no Brasil.....	34
1.5 O batalhador ambulante no Brasil e a inserção no mercado informal	37
CAPÍTULO II - VERSANDO SOBRE A (IN)FORMALIDADE	42
2.1 Circuito superior e inferior: entendendo as configurações e relações do trabalho.....	42
2.2 Compreensão e perspectiva do circuito inferior	47
2.3 O desemprego estrutural e a precarização do trabalho.....	52
2.4 A informalização do trabalho como via de regra.....	55
2.5 O trabalho ambulante como autonomia, casualidade e sobrevivência.	59
CAPÍTULO III - UM OLHAR AMBULANTE: ANÁLISES DA INFORMALIDADE NO CENTRO DO RECIFE	63
3.1 As estruturas e relações de trabalho: Uma análise da informalidade no Recife.....	63
3.2 O espaço e a reprodução social do trabalho.....	67
3.3 Os trabalhadores/as ambulantes: Perfil, trajetórias e estratégias de reprodução.....	73
3.3.1 Trajetórias de vidas ambulantes.....	82
3.3.2 O trabalho ambulante e às estratégias de sobrevivência.....	86
3.3.3 O sindicato: Lutas e reivindicações sociais.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
APÊNDICE	103
APÊNDICE A – Roteiro de pesquisa.....	103
APÊNDICE B - Estrutura da observação simples.....	104
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista (semiestruturada).....	105

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o tema do comércio ambulante na cidade do Recife, enquanto categoria de trabalhadores informais que fazem parte da paisagem das cidades brasileiras. Diante de um contexto de precarização e flexibilização do mercado de trabalho, a informalidade apresenta-se como uma via alternativa para enfrentar o desemprego.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) Continua, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor informal foi o grande responsável pela criação de empregos no ano de 2017, mais de 1,846 milhões de pessoas se inseriram na informalidade no quatro trimestre do mesmo ano¹. No ano de 2018, as ocupações sem registro de carteira superaram pela primeira vez o número de carteira assinada, registrando 34,2 milhões de pessoas na informalidade².

Em virtude da política mercadológica global de desapropriação dos direitos trabalhistas e precarização do serviço, do atual cenário de decréscimo econômico e as crises sociais e políticas no Brasil, o comércio ambulante, paulatinamente, vem se tornando uma atividade informal de grande expressão nos centros urbanos do país. No centro do Recife, sobretudo, nas adjacências do Shopping Boa Vista, é possível observar a ascensão e expansão dessa modalidade de reprodução do trabalho nesses últimos 5 anos.

Esses postos de trabalhos flexíveis é uma realidade no cenário atual que visa reduzir os direitos dos trabalhadores e reconfigurar as relações de trabalho. Tais trabalhadores se inserem na informalidade de forma autônoma, ocasional ou temporária, sendo que muitos visam retornar ao trabalho assalariado, ou então, a situação que antes era provisória torna-se permanente, na medida que, o mercado

¹ BOAS, Bruno Villas. Informalidade foi o motor do emprego no país em 2017, aponta IBGE. Valor Econômico. Publicado em 31.01.2018. acessado em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5295309/informalidade-foi-o-motor-do-emprego-no-pais-em-2017-aponta-ibge>> Visto no dia:08.05.2019.

² Trabalhadores informais são maioria no mercado de trabalho. Jornal do comércio, Recife. Publicado em 02.02.2018, acessado em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/Pernambuco/noticia/2018/02/02/trabalhadores-informais-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-326480.php>> Visto no dia:08.05.2019.

formal não consegue absorver toda a mão de obra disponível.

Esses sujeitos estão à margem do mercado em razão de não terem acesso nem garantia aos direitos sociais básicos, como o auxílio-doença, FGTS, salário mínimo, férias, décimo terceiro, dentre outros. Assim como, não tem nada garantido para seu sustento, sem horário fixo, longas jornadas, infraestruturas precárias e totalmente dependentes do fluxo de consumo.

Sendo assim, é de tamanha relevância a problematização desta temática pois as relações de trabalho atuais reorganizam e significam a conceituação de trabalho na contemporaneidade, expondo novas relações de trabalhos, novos tipos de concepções e estruturações sociais. Tal como, o processo de precarização e desregulamentação trabalhista coloca em xeque as estruturas e as organizações emergentes não legalizadas e funcionais ao sistema.

Deste modo, a temática do comércio ambulante desencadeia pertinentes discussões, suscitando assim um amplo debate sobre o trabalho informal e as novas configurações sociais mediante as mudanças na relação homem-trabalho. A informalidade, muitas vezes, é apresentada como uma atividade de forma desorganizada, desestruturada e marginalizada; ademais, a repressão sistêmica e truculenta sobre esses comerciantes caracteriza situações de intensos e constantes conflitos entre o mercado formalizado, as instituições públicas e a informalidade.

Partindo da premissa que o mercado de trabalho contemporâneo promove um processo de precarização, automação produtiva e instabilidade empregatícia, o desemprego torna-se um fenômeno excludente em expansão. O desemprego é produto das configurações do capitalismo, atingindo severamente os trabalhadores assalariados, principalmente os indivíduos desprovidos de recursos necessário para sua sobrevivência.

Em vista disso, esses trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formalizado buscam a informalidade como uma estratégia para a reprodução do trabalho, sendo este uma forma de resistência e sobrevivência do sujeito. Presume-se que os indivíduos mais afetados por esse fenômeno de desemprego estrutural são sujeitos de baixa renda, que reside nas periferias da região metropolitana e dispõem de baixa escolaridade e formação profissional. No momento em que o mercado de trabalho não consegue lhe admitir, então insere-

se na informalidade como estratégia e sobrevivência.

A temática sobre o comércio informal despertou-me interesse diante das problemáticas sociais, uma vez que o número de ambulantes do centro da Cidade do Recife cresceu exponencialmente nos últimos anos (2014-2018), devido à diversos fatores sociais, políticos e econômicos. Quando cursei a disciplina intitulada “Sociologia do Trabalho” no curso de Ciências Sociais na UFRPE, ampliou-se ainda mais o interesse de compreender e analisar tal questão.

Ante o exposto, a experiência cotidiana contribuiu ainda mais para a aguçar o interesse sobre a questão, dado que percebi em meu cotidiano que esse comércio informal na cidade do Recife é uma temática em ascensão que pode nos ajudar a entender o desemprego estrutural, o processo de precarização e a acepção do trabalho na contemporaneidade. Além de ser um campo de investigação inusitado e pouco desbravado no âmbito acadêmico, que apesar de fornecer pesquisas, mostra uma deficiência de dados mais profundos sobre a questão.

Apesar da categoria trabalho ser bastante discutida no campo das ciências humanas, sobretudo, na sociologia, é um debate que está em constante metamorfose, necessitando de revisões e formulações que tragam novas perspectivas e abordagens. Principalmente no que se refere à informalidade e suas implicações nas relações de trabalho e na concepção de mundo do indivíduo.

A pretensão do estudo não é dimensionar de forma geral e ampla o fenômeno do desemprego, do comércio ambulante e da economia informal, visto que há uma imensa literatura acadêmica tratando dessa discussão (TELLES, 1999; ANTUNES, 2016; GORZ, 2004). A pesquisa partirá de um recorte do tempo/espço do centro da Cidade do Recife, nas proximidades do Shopping Boa Vista, focalizando na experiência singular da reprodutibilidade do comércio informal, retratando os perfis, trajetórias e estratégias dos ambulantes em função do trabalho informal que exerce, e enfatizando o papel da economia informal no país no atual momento de recessão econômica.

Partindo dessas questões evidenciadas, a respectiva pesquisa objetiva apreender as características do trabalho informal, apontar as peculiaridades dos sujeitos que muitas vezes são marginalizados pelas instituições públicas. Busca ainda analisar o exercício e reprodução do trabalho informal, sem garantias de direitos trabalhistas e sobrepostos a condições precárias. E busca ainda contribuir

para visibilizar a luta sociopolíticas desses atores sociais dando ênfase às suas condições sociais e seus enfrentamentos.

Sendo assim, o estudo parte de um levantamento das características e condições dos trabalhadores informais, além disso, investiga a inserção dos indivíduos na informalidade, buscando verificar qual a trajetória profissional dos ambulantes e identificar as estratégias de reprodução do trabalho do ambulante nas proximidades do Shopping Boa Vista.

Esclarecendo essa temática, surgem possibilidades de compreender e agir sobre essas condições, transformando em ações como a melhoria dos espaços e condições de trabalho, comprometer-se com a assistência e seguridade dos trabalhadores, assim como contribuir para a garantia de políticas públicas que atendam as demandas e reivindicações desses indivíduos.

O Estudo parte de uma pesquisa exploratória qualitativa, com o objetivo de esclarecer e analisar as relações e estruturas sociais que permeiam o campo investigado (TRIVINÕS,1987). Assim como, identificar esses indivíduos e ponderar sobre as implicações do comércio informal/ambulante no entorno do Shopping Boa Vista. Sobre a pesquisa exploratória define-se que:

são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades o fenômeno, fato ou ambiente observado (MARCONI & LAKATOS, 2003 p. 188).

Empregando um viés qualitativo, a pesquisa adota a técnica da triangulação de dados, que consiste na utilização de técnicas que visam abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão dos sujeitos ou fenômenos estudados (TRIVINÕS, 1987). Adotando três níveis de abordagens metodológicas de coleta de dados: a análise bibliográfica, a observação simples e a entrevista semiestruturada.

A análise bibliográfica, foi fundamentada em pesquisas de literaturas acerca de discussões sobre a questão da informalidade e dos trabalhadores ambulantes, assim como, em pesquisas já realizadas. Sobre a técnica de pesquisa

bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica (GIL, 1999, p.29).

A revisão bibliográfica, foi o primeiro passo para iniciar a pesquisa, por meio dela foi possível fazer levantamentos de dados, selecionar às categorias chaves e conceituar o arcabouço teórico. Adentrando-se assim, na discussão científica da categoria trabalho e informalidade, sendo importante para os passos seguintes no campo.

A observação simples, assim como definido por Antônio Carlos Gil (1999), trata-se de uma observação onde o pesquisador mantém-se alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observando de maneira espontânea e crítica os fatos que ocorrem. A observação foi definida em três aspectos: os sujeitos, o espaço e o características da atividade.

No ponto Sujeito, pondera-se sobre quem são os indivíduos, sua condição social e econômica, além das suas características apresentadas por esses indivíduos. O espaço, visou demarcar o seu território, as características do campo e o sistema social que permeia a localidade. Por último, a características da atividade, analisa-se os termos sociais, as relações interpessoais, a colocação do indivíduo do respectivo espaço e as linguagens e simbologias presente.

Para mais, foi utilizado também a entrevista semiestruturada, que em sua definição trata-se de uma técnica de abordagem flexível, onde o entrevistador tem uma certa autonomia para desenvolver a entrevista de maneira espontânea que ajude na obtenção de dados ou pontos muitas vezes não previstos (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas entre os dias 12 de abril a 12 de maio, na parte da manhã e tarde, como definido no cronograma do projeto. Foi adotado às entrevistas semiestruturadas, pois é uma dinâmica mais flexível com os interlocutores, no sentido que, os sujeitos ganhassem visibilidade e

narrasse sua própria perspectiva. E devido às adversidades do campo, era também o método mais hábil para aplicação da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que têm suas atividades nas proximidades do shopping Boa Vista, área central e com intenso comércio informal. No mais, visando compreender uma perspectiva de gênero, geracional e identitária, as escolhas dos atores sociais foram realizadas através da amostragem intencional, por meio de indicações dos interlocutores que facilitaram o acesso aos trabalhadores informais.

O trabalho também contou com a colaboração de conversas informais não contabilizados como entrevistas de pessoas envolvidas com o sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI), representantes de associações ligadas ao sindicato e representantes políticos. Importantes no processo de discussão sobre o trabalho informal e sua organização.

Partindo de uma perspectiva da sociologia do trabalho, na sua vertente crítica e marxista, entende-se o processo de constituição do trabalho formal e informal enfatizando suas novas configurações na contemporaneidade, compreendendo os fenômenos sociais como processos dinâmicos que estão interligados, atuando uns sobre os outros. Perspectiva da totalidade, das contradições etc. Uma vez que, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, quando encarado isoladamente, fora dos fenômenos circundantes.

O trabalho fundamenta-se na ideia de o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas sim algo que se transforma constantemente diante das forças de oposição e das inferências do indivíduo na natureza. As leis da dialética compreendem quatro pontos estruturais metodológicos que servem como base para o pesquisador (MARCONI & LAKATOS, 2003):

- a) A ação recíproca, evidenciando que tudo se relaciona, ou seja, nada está isolado, recebendo interferências e interferindo no meio;
- b) Tudo se transforma, alicerçado na premissa dialética do confronto de forças, onde a negação da negação resulta na transformação;
- c) A passagem da quantidade à qualidade, onde a relação quantitativa interfere de forma direta no ambiente seja essa intervenção natural ou social, alterando assim a forma qualitativa do fenômeno ou objeto;
- d) A contradição das lutas dos contrários, ou a contradição e oposição das forças.

Para a dialética definitivo ou absoluto é inexistente, sendo assim, nada escaparia do movimento dinâmico provocado pelas mudanças. Desse modo, a informalidade é um fenômeno que se relaciona com vários fatores, uma vez que o seu resultado é uma reação dos sujeitos que não encontram espaço na formalidade, relacionando-se diretamente com as categorias desemprego, precarização e mercado de trabalho.

Como método de análise da pesquisa, foi utilizado a análise de conteúdo, que se constitui de um procedimento com várias técnicas que tem o objetivo de descrever e analisar o conteúdo da comunicação, das relações sociais e seus fenômenos. Sistematizando o estudo por meio de indicadores e categorias, que vislumbra ser analisado e explicado (BARDIN,1977).

A análise de conteúdo, pode assumir uma perspectiva qualitativa ou quantitativa. Neste trabalho, interessa-se pelo seu caráter qualitativo, proporcionando um olhar complexo e diversificado sobre o campo e a problemática analisada. Uma visão polissêmica que permite a pesquisa qualitativa uma variedade de interpretações e uma ampla análise do fenômeno social.

Cabe mencionar algumas poucas palavras sobre o trabalho de campo. A ida a campo foi uma experiência singular, o espaço e os agentes escolhidos para o estudo proporcionaram várias reflexões sobre as relações do trabalho moderno, dentre elas, as condições do trabalho, a infraestrutura, a longa jornada da atividade e sobretudo a ausência de seguridades sociais.

Entre falas marcadas pela emoção e um discurso que a todo instante mencionava as palavras sobrevivência, necessidade e honestidade, foi realizado a entrevista com 10 interlocutores(as). Cada um evidenciando as peculiaridades de suas trajetórias, as adversidades de sua realidade, os desafios para garantir a renda familiar, seus sonhos e apreensões sobre o futuro.

Traduzir todas essas narrativas em um estudo é um trabalho complexo, que demanda uma sensibilidade do pesquisador, pois afinal, estamos falando de vidas e realidades de indivíduos que muitas vezes são marcadas pela carência e dificuldade. Assim, é importante sempre reforçar os aspectos éticos que norteiam o trabalho, como por exemplo, a preservação das identidades dos participantes, a permissão de realização das entrevistas, o dialogo consensual pré-definido dentre outras questões. Tomada essas precauções, a realização do trabalho não se

deparou com nenhuma grande dificuldade além da realização das entrevistas nos locais de atuação dos ambulantes, que devido a intensa movimentação no espaço, dificultou um pouco no andamento das entrevistas. Contudo, também tem o lado positivo, pois na medida que era realizado as entrevistas, ocorriam situações frequentes no cotidiano daquele espaço que puderam ser observadas e analisadas.

Como forma de exposição da pesquisa, o trabalho está estruturado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações que finalizam o estudo. O primeiro capítulo, pretende discutir o referencial teórico que norteou a pesquisa, esclarecendo os conceitos-chave: Trabalho, Trabalho informal, e trabalhadores ambulantes. Analisando a constituição do trabalho em uma perspectiva histórica e social, trazendo uma leitura que perpassa a escravidão, a instituição da CLT e o fenômeno das novas modalidades de trabalho.

O segundo capítulo dará ênfase a exposição analítica da informalidade, enfatizando as relações do circuito de comercialização e sua estrutura hierárquica, partindo da perspectiva de Milton Santos (1978 e 2008) sobre o circuito superior e inferior do trabalho. Posteriormente, alicerçado na perspectiva de Jessé de Souza (2012 e 2016), evidencia os trabalhadores informais da ralé aos batalhadores. Depois uma discussão sobre a informalidade como autonomia, casualidade e sobrevivência.

O terceiro, e último, capítulo terá como aporte a investigação de campo com os ambulantes nas proximidades do Shopping Boa Vista no Recife. Ressaltando a perspectiva do trabalhador ambulante em sua jornada e trajetória, enfatizando as relações e estruturas da reprodução do trabalho. Além disso, expõe também, a participação e relação do sindicato dos ambulantes no processo de luta e resistência. Nas considerações finais, procura-se refletir sobre a manifestação do fenômeno da informalidade no espaço, ressaltando a análise e constatação dos trabalhadores, os desafios do mercado de trabalho contemporâneo e a organização do circuito inferior. Ademais, apresenta também alguns levantamentos e indagações que suscitam a ampliação do debate em futuras pesquisas.

CAPÍTULO I - TRABALHO E CAPITALISMO: FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA E CONCEITUAL

Figura I – O comércio ambulante na Boa Vista



Fonte: Amorim (2019), registro do autor.

Nesse capítulo pretende-se discutir o referencial teórico que norteou a pesquisa, esclarecendo os conceitos-chave: Trabalho, Trabalho informal, trabalhadores ambulantes. Consequente, discute-se as distinções entre o trabalho formal, informal e as novas configurações reprodutivas do trabalho. Retratando uma perspectiva histórica que perpassa pela escravidão, pela instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e as novas configurações do trabalho em vias da informalidade.

Posteriormente, desenvolve uma discussão teórica sobre o pensamento social brasileiro acerca da marginalização e desigualdade social no Brasil, retomando um diálogo com Sérgio Buarque de Holanda, Da Matta, Raimundo Faoro e Jesse de Souza (2012 e 2016).

1.1 Notas sobre a categoria Trabalho

O trabalho é tido como uma das categorias fundantes da vida social, e um dos principais conceitos-chave debatidos e analisados pela sociologia clássica, sobretudo, por Karl Marx (1818 -1883). Os estudos sobre o trabalho evidenciam

sua importância para compreensão das relações sociais, especialmente, para o entendimento das novas configurações do Estado moderno, analisando as inferências do sistema econômico na reprodução do trabalho (OFFE, 1989).

É pertinente, primeiramente, compreender e discutir a categoria trabalho em seu sentido ontológico, em razão de ser o pilar de todo o deslinde do estudo. Esclarecer o conceito é muito importante pois o trabalho assume múltiplos sentidos, muitas vezes é empregado de forma equivocada ou então reduzindo-se ao simples sinônimo de atividade remunerada, confundindo o trabalho com o emprego.

Em seu sentido etimológico, a palavra trabalho deriva do latim *tripalium* ou *tripalus*, que se relaciona a um instrumento de tortura que era usado contra presos e escravos, constituindo o sentido de trabalho como uma forma de tortura e exploração de um indivíduo sobre o outro. Os Gregos e Romanos adotavam duas definições distintas: *opus* e *labor*, o primeiro com um sentido de atividade cognitiva do homem, o segundo como atividade braçal onde o indivíduo utilizava um grande esforço físico.

Na antiguidade, o trabalho e o labor eram vistos de formas negativas, uma vez que todo o esforço físico era relegado aos escravos em virtude da servidão e da manutenção da vida na época. A escravidão era tida como necessidade e própria da condição humana para o funcionamento social. Assim, “o desprezo pelo labor na teoria antiga e sua glorificação na teoria moderna baseava-se ambos na atitude subjetiva ou na atividade do trabalhador, uma desconfiando do seu doloroso esforço e a outra louvando-lhe a produtividade” (ARENDDT, 2007, p. 104-105).

Para se afirmar enquanto indivíduo o homem na antiguidade subjuga outros em prol de sua liberdade, e a escravidão aparece como via de excluir o labor da condição humana. Nesse modo, à liberdade seria o benefício de exercer a cidadania, e pautava-se no sentido que todos os cidadãos³ detinham participação ativa na política, deliberando em praça pública as decisões sociais, cabendo a eles votarem leis, julgar, condenar ou absolver indivíduos, examinar

³ No período clássico, subentende-se cidadão apenas homens adultos, livres e proprietário de posses. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não tinham participação política, nem se quer se configurava-se como cidadão.

contas, atos ou gestões de magistrado, entre outras atividades críveis.

Nesse contexto, a autonomia do indivíduo reduzia-se as inferências políticas, bem diferente do panorama da modernidade, a individualidade e subjetividade em questão era suprimida pelo corpo social. Nesse sentido, os antigos eram "quase sempre soberanos nas questões públicas, e escravos nas questões privadas" (CONSTANT, 1985, pág,1). Por sua vez, os modernos são "soberano em aparência" onde sua extensão é restrita e em determinados momentos interrompidas" (CONSTANT, 1985, pág,1).

Hannah Arendt (2007), em seu livro "A condição humana", propõe uma distinção entre labor, trabalho e ação, que segundo ela, são distinções essenciais para a conceituação sociológica. O labor, seria uma atividade que tem como finalidade produzir tudo que é vital ao indivíduo, assumindo um carácter fisiológico importante para a reprodução da vida. O trabalho assumiria o papel de transformação da natureza, produzindo um mundo artificial constituído pelo próprio homem. A ação seria uma virtude intelectual humana atrelada a atividade política pura. Em suas palavras:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano (...) A condição humana do labor é a própria vida. (...) O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. (...) A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política (...) (ARENDDT, 2007, p. 15).

Essas três atividades constituem a condição da vida e da reprodutibilidade humana, pois os homens são seres condicionados, tudo aquilo que ele cria ou tem contato resulta nas condições de sua existência. O mundo então seria resultado das coisas produzidas e reproduzidas pela atividade humana, transformando a natureza e criando suas próprias condições de vida. Sendo assim, seria incerto falar em natureza humana, pois tal questão é inacessível, o mais adequado é entender às condições que possibilitaram a constituição do indivíduo (ARENDDT, 2007).

Apesar de pontos comuns na definição da categoria trabalho, Hannah Arendt tece críticas a Karl Marx ao expor que ele erroneamente não distinguiu

trabalho e labor como conceitos díspares e não análogos. Segundo Arendt:

A era moderna em geral e Karl Marx em particular, fascinados, por assim dizer, pela produtividade real e sem precedentes de humanidade ocidental tendiam quase que irresponsavelmente de a encarar todo o labor como trabalho e falar do animal laborans em termos muito mais adequado que o Homo Faber (ARENDR, 2007, p.98).

Na definição de trabalho de Karl Marx, não há distinção entre o labor e trabalho, contudo, em sua astuta análise, compreende que ambas às atividades possuem uma produtividade que resulta na força produtiva, e essa força produtiva é inesgotável que representa a vitalidade e sobrevivência humana. Seria essa força que revoluciona todo o sistema moderno, e a mesma que produz o excedente necessário para a reprodução do sistema capitalismo moderno (ARENDR, 2007).

O conceito de trabalho descrito por Karl Marx, trata como uma atividade que envolve o homem e a natureza, pela qual o homem, seguindo determinações de um processo previamente idealizado, transforma a natureza. Essa transformação é projetada de forma teleológica, ou seja, constituída a partir de um fim proposto pelo indivíduo. Essa transformação é direcionada de acordo com as necessidades e desejos humanos, dado que:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou (MARX, 1982, p. 205).

O processo de transformação desenvolve o homem mutuamente, no momento que ele age sobre a natureza, ele transforma a si mesmo. A natureza seria o objeto e o homem o agente da mudança. Esse processo é indispensável à existência do homem, pois o sujeito carece do intercâmbio material desse processo, e com isso, autodesenvolve. O trabalho pressupõe uma dinâmica que se relaciona com a natureza, mas também com outros indivíduos, segundo Netto e Braz:

O trabalho implica mais que relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a

natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO & BRAZ, 2011, p.44).

Seria por meio da transformação proporcionada pelo trabalho que o homem se integra com os outros homens, atribuindo então ao indivíduo condição de ser social, diferenciando-se dos seres naturais. Assim “o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o

ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho” (NETTO, p.43, 2007). Contudo, o trabalho vem perdendo o seu sentido na constituição identitária e na sociabilidade do homem, ao passo que, vem sendo tratado como uma atividade onde os indivíduos vendem sua força vital em prol do capital.

A categoria trabalho passou a ser entendida como uma atividade paga em dinheiro, típico do capitalismo (GRINT, 1998). Com o advento da revolução industrial, a distinção entre labor e trabalho perde sua importância conceitual, alterando sua natureza etimológica, tornando o trabalho mais próximo do que, na visão da Hannah Arendt, tinha uma finalidade fisiológica, como mero reprodutor de produtos para consumo dispensável. E isso na medida que:

A revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados. (...) a própria natureza do trabalho é alterada e o processo de produção, embora não produza absolutamente objetos para o consumo, assume caráter de labor. (ARENDR, 2007, p. 137)

Sobre o modo de produção capitalista Karl Marx (1982), afirma que essa relação é permeada por contradições e pela luta de classes, onde a classe detentora dos meios de produção compra a força de trabalho das classes que não possuem nada além do que sua força de trabalho, portanto:

Como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é a concorrência entre capitalista e trabalhadores, em parte a concorrência entre trabalhadores [...] (MARX, 1982, p. 115).

Explica-se por esses termos, a disparidade e desigualdade social entre essas classes antagônicas. Na contemporaneidade, ressaltando o contexto brasileiro, essa relação entre trabalhador-empregado estabelece-se de forma cada vez mais flexível, uma vez que, no contexto de crise do capital, reformas trabalhistas, congelamento dos gastos públicos brasileiro, acentua-se a exploração e precarização do mercado de trabalho.

Na sociedade capitalista, na qual os recursos materiais necessários à sobrevivência são obtidos por meio do dinheiro, o trabalho exerce papel fundamental na vida dos indivíduos. O trabalho apresenta-se como uma atividade de forma assalariada, sua formalização garante os direitos trabalhistas, tão importante para os sujeitos que dispõem apenas da venda de sua força de trabalho.

Nas novas configurações do trabalho na modernidade, passamos a analisar mais claramente as distinções entre trabalho manual e intelectual, principalmente entre as modalidades de trabalho formal e informal. É diante da escassez de postos de trabalho na modalidade formal que se tornam importantes tais distinções, que acentuam a precarização desses sujeitos já que os mesmos encontram cada vez mais dificuldades para se manterem de forma estável (ANTUNES, 2016). A via de regra do mercado de trabalho é se virar para sobreviver, tornando assim:

A mais clara indicação de que a sociedade constitui a organização pública do próprio processo vital talvez seja encontrada no fato de que, em tempo relativamente curto, a nova esfera social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de operários e assalariados; em outras palavras, essas comunidades concentraram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida – o labor. (ARENDR, 2007, p. 56).

Nessa pesquisa abordamos o comércio ambulante como uma das manifestações das atividades informais na contemporaneidade, que representa um espaço de reprodução do labor para a sobrevivência do indivíduo. O seu crescimento é reflexo direto das novas configurações do trabalho e as implicações do capitalismo na estrutura reprodutiva do trabalho informal. Para entendermos como se instituíram às relações de trabalho no Brasil, necessitamos recorrer aos referenciais históricos brasileiros que vão desde a escravidão e suas

consequências sociais até as novas dinâmicas do mercado de trabalho.

1.2 Da escravidão ao trabalho assalariado: pressupostos históricos da categoria trabalho no Brasil

A disparidade social é um fenômeno estruturante da sociedade brasileira, de maneira que sua história e construção social são marcadas pela ausência de uma redistribuição econômica e política de maneira efetiva. Para pensar a constituição do trabalho no Brasil, temos que realizar, ainda que brevemente, uma abordagem do pensamento social do país, retomando o entendimento da formação do Estado Brasileiro, o processo histórico de sua colonização, o período da escravidão, a constituição das leis trabalhistas, a ditadura militar e o processo de redemocratização.

Tal decurso histórico fincou raízes sociais rigidamente marcadas pelas diferenças de raças e de classes, que refletem efeitos até os dias atuais. O Brasil vivenciou uma lenta transição até abolir a escravidão e instituir o trabalho livre, mantendo a relação de submissão e exploração dos desprivilegiados, e assim aderindo tardiamente às relações capitalistas do dito mundo moderno. A escravidão:

Não foi apenas a negação do escravo como pessoa (sua coisificação). Foi sua recorrente negação como ser vivo. Está-se falando de séculos de horror, e que a escravidão como dilapidadora de corpos negros e cativos e corruptora das mentes de seus senhores. (...) a escravidão longeva terminou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando de maneira reiterada e permanente. Ao final, restou apenas sua cor associada definitivamente ao trabalho pesado e degradante. (CARDOSO, 2010, p. 65).

Diferente da concepção antiga, que argumentava que a escravidão era uma condição humana necessária, a experiência escravocrata Brasileira ocorreu a partir da subjugação de indivíduos para obtenção de mão de obra barata. O escravo não era gente, muito mesmo um cidadão possuidor de direitos, os negros eram tratados como animais, sem alma e sem dignidade, e por muito tempo foi privado de sua liberdade e autonomia.

Por meio da luta negra e por pressões internacionais o Estado brasileiro se viu pressionado a criar leis que aos poucos rompessem com as correntes da

escravidão. tais como: a Lei Euzébio de Queiroz, que passou a proibir o tráfico de escravos; a Lei do Ventre Livre, que tornavam livres crianças nascidas a partir de sua instituição; a Lei do Sexagenário, garantindo a liberdade dos escravos com mais de 60 anos, e por último, a Lei Áurea, que visou a abolição da escravidão (CARDOSO, 2010).

Essas instituições foram importantes, na medida que, desobrigaram a sujeição diretas dos indivíduos negros à exploração do trabalho. Contudo, a negligência do Estado brasileiro não assegurou uma efetiva reestruturação das relações de trabalho, não garantido para os sujeitos explorados condições dignas para viver em sociedade. Sendo assim, apesar de “livres” acabaram tendo que se submeter a diferentes tipos de trabalho forçado.

O trabalho escravo conviveu, já a partir do século XVIII, com diferentes regimes não escravistas de trabalho. Isso quer dizer que a transição para o trabalho livre (não escravo) foi muito lenta, tendo apenas um marco convencional em 1850, ano da proibição do tráfico negreiro. Homens livres e libertos se avolumaram ao longo dos séculos, obtendo meios de vida de formas que deixaram crescentemente o cariz intersticial que lhe atribuiu a literatura até meados dos anos 1980 (CARDOSO, 2010, p. 59).

As consequências desse fato histórico desembocam na acentuação da disparidade social no Brasil, e tem como consequência a concentração latifundiária nas mãos de poucos e o desemprego e descaso social na vida de muitos. Após libertar os escravos, o país passou por uma política de imigração como solução para sanar os postos de trabalho deixado pela a mão de obra escrava. Esse fato histórico passou a considerar o trabalho em um sentido negativo, como algo indigno, semelhante a um castigo, e assim:

A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se da sobreposição de diferentes hierarquias sociais: de cor, religiosa, de status social associado à propriedade, de dominação material e simbólica, numa mescla de sentidos que apontam, todos, para o mesmo conceito: a degradação manual do trabalho. Ou, de maneira mais enfática: a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. (CARDOSO, 2010, p. 66).

Os homens e mulheres livres ainda se submetiam a extrema exploração do trabalho para garantir sua sobrevivência. E assim passa-se a constituir o cenário do trabalho no país, marcado desigualdades profundas, exploração da mão-de-obra, a ausência de leis e regulamentos que garantissem uma dignidade

à massa populacional.

Assim, as condições da estruturação do Estado brasileiro são marcadas pela pobreza, desigualdade social, subutilização de mão de obra e marginalização social, advinda de um processo colonial extrativista, corroborado pela coroa portuguesa, pelo Brasil império até o nascer republicano. Com a concentração da economia e da propriedade nas mãos dos grandes latifundiários, o país relutou em abandonar a exploração do trabalho escravo, sendo uns dois últimos países a abolir a escravidão (CARDOSO, 2010). Só a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas, como veremos a seguir, que vai modificar substancialmente tal realidade.

1.3 A constituição do Trabalho no Brasil e a consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

Em 1919, após a primeira guerra mundial, por meio do Tratado de Versalhes, foi instituído a OIT. (Organização Internacional do Trabalho), um órgão ligado a ONU (Organização das Nações Unidas)⁴, para os países membros da organização, que tinha como objetivo universalizar o direito do trabalho e da previdência social (NASCIMENTO, 2002). O Brasil, contudo, só se torna membro na década de 1950, após institucionalizar suas diretrizes trabalhistas diante de um contexto de pressão popular.

A crise de 1929, atingiu em cheio o país, deixando a economia devastada e milhões de desempregados. O governo brasileiro adotou medidas para proteger o setor cafeeiro, ampliando assim sua dívida pública e o descontentamento popular com as variações de preços do produto (CARDOSO, 2010). Com a queda da política “café com leite”⁵, após a Revolução de 30, Getúlio Vargas passa a

⁴ A OIT, em 2019, comemora 100 anos de existência, no entanto, o Brasil possui representação desde a década de 1950. A organização instituiu-se uma “promoção permanente das normas internacionais do trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social.” acessado em: “<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/oit-no-brasil/lang-pt/index.htm>”. visto no dia 16.06.2019.

⁵ A denominada política de café-com-leite, tratava-se do acordo entre o Estado de São Paulo e de Minas Gerais, principais produtores de café e leite respectivamente. Esse acordo visava a alternância no comando do Poder Executivo Federal. Uma vez que, nesse contexto, esses Estados tinham uma grande influência político-econômica no país, e o apoio mútuo possibilita-se a permanência e manutenção no poder.

implementar novas regras através de decretos-leis visando regular por definitivo às relações trabalhistas. Às leis anteriormente instituídas permitiam lacunas que acabavam não se efetivando a favor dos trabalhadores.

No ano de 1943, através do decreto-lei nº 5.452, instituiu-se definitivamente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), cujo o principal objetivo foi de regular as relações individuais e coletivas de trabalho. Assegurando a classe trabalhadora direitos intransponíveis, estruturando-se então a relação do patrão e empregado no país. Assim:

(...) Getúlio Vargas, nesse sentido, representa importante ruptura com a dinâmica herdada da escravidão, ao renovar as estruturas do Estado capitalista para incorporar aquela questão em seu próprio âmago, ainda que de forma subordinada e autoritária(...) (CARDOSO, 2010, p. 18).

Em face dessa disparidade, a constituição brasileira vivenciou momentos difíceis, de um lado uma parcela da população que concentrava a grande riqueza do país, de outro, indivíduos excluídos e marginalizados, abandonados em meio às incertezas. Mesmo com a pressão da incorporação da lógica capitalista no país, e o incentivo ao trabalho assalariado, pouca coisa mudou. Só após mais de 40 anos depois da Lei áurea, no governo de Getúlio Vargas, foi que o país vislumbrou um considerável rompimento estrutural herdado desde a escravidão (SOUZA, 2012).

A constituição da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), foi o grande marco regulatório das relações de trabalho, ao menos nos grandes centros urbanos que passava por uma iniciativa de implementação industrial no período. Estruturando então às regras regulatórias do trabalho para implementar o capitalismo e seu aparato industrial de forma mais incisiva no país.

A CLT representa assim um acontecimento importante para os trabalhadores, que reivindicavam uma regulamentação com objetivo de instituir os direitos dos empregados. Em um contexto de industrialização nacional, os sindicatos industriais, foram de suma importância no processo de luta e reivindicação da normatização trabalhista.

A CLT estabeleceu direitos essenciais como a normatização da jornada de trabalho, férias, décimo terceiro, salário mínimo, carteira assinada, aposentadoria dentre outros importantes avanços. Ademais, criando instituições e

órgãos no poder público para garantir a funcionalidade das leis, como a criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, e também, a justiça do trabalho.

Outro marco importante foi realizado através da Constituição Federal de 1988, instituindo o artigo nº 7 denominado “Dos direitos Sociais”, fortalecendo a categoria dos trabalhadores. Com o passar do tempo, tais leis foram sendo gradativamente efetivada, outras, flexibilizadas atendendo a demanda do capital. Essa queda de braço entre patrão e empregados, como diria Marx, é uma luta infindável até que a classe trabalhadora tome consciência de si e se aproprie dos meios de produção, afinal: “se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence”

Apesar de grandes avanços institucionais advindos da pressão da massa populacional por uma vida digna e postos de trabalho decente e estáveis, a desigualdade ainda permanece nas estruturas sociais, pois:

Ora, o Brasil viveu seu tempo e também construiu seu Estado de bem-estar, que aqui, como acolá, é um Estado distributivo. Mas essa redistribuição jamais se universalizou e não foi capaz de reduzir a pobreza a patamares socialmente aceitáveis, pelo menos até esta data (CARDOSO, 2010, p. 17).

Apesar das diversas alterações que o seu texto sofreu, a Consolidação das Leis do Trabalho permanece em vigor no Brasil, tendo completado, em 2018, sessenta

e cinco anos de vigência. Vale salientar, por último, que a partir da instituição do trabalho pelo Estado brasileiro, ele não só definiu as diretrizes do trabalho formal, como também, de forma indireta, passou a definir a informalidade. Informal seria então todas as relações de trabalho que não estão contempladas na CLT, marcada pela ausência de direito ou qualquer seguridade social decorrente do poder público.

O decreto de decreto-lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940, passa a instituir o trabalho ambulante, como presente no artigo “Art. 1º Esta lei regula o exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou locais de acesso franqueado ao público”⁶. Contudo, mesmo com a instituição da lei, a prática do comércio

⁶ Artigo publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/2/1940, Página 3524 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1940, Página 183 Vol.

ambulante denominado anteriormente de mascates ou “caixeiro viajante” ainda permaneceu com um estereótipo de trabalho irregular até os dias atuais.

E em um contexto de grandes instabilidades econômicas e aumento do desemprego estrutural no país, o número de trabalhadores à margem da legislação do trabalho prevista na constituição, tornasse crescente. Em 2017, o país passou por uma ampla reforma trabalhista, que em suma flexibilizou às leis trabalhistas, retirou direitos antes garantidos, e não conseguiu de forma efetiva reverter o problema do desemprego na atualidade, promovendo mais incertezas do que resultados. Nos pontos a seguir, será exposto à questão do desemprego e precarização do trabalho e o fenômeno da informalidade como via de sobrevivência.

1.4 Da ralé aos batalhadores: Um diagnóstico sobre a informalidade no Brasil

A naturalização da desigualdade é uma narrativa recorrente do pensamento social brasileiro advinda das estruturas escravocratas, marco histórico inicial do entendimento das relações de trabalho no país. Enxergar o outro como não humano ou subgente, é um subterfúgio para tornar a exploração e marginalização como algo aceitável. E assim, invisibilizar às disparidades sociais diante dos olhos de todos.

Segundo Jessé de Souza, em seu livro “ralé brasileira⁷”, a desigualdade social é analisada por um viés econômico de forma equivocada, constituindo uma visão reducionista da realidade social do país. Essa perspectiva acaba constituindo uma falsa narrativa de que o mercado tem um cunho virtuoso, e a partir da melhoria dos índices econômicos promoveriam concomitantemente uma melhoria nas questões sociais.

Em contraposição, seguindo essa mesma lógica, às instituições públicas e a vida política em sua gênese seria inerentemente corrupta. Criando-se assim o mito de os problemas sociais seriam derivados de questões estritamente econômicas, e a partir de sua melhoria e retomada de crescimento, tais mazelas sociais deixariam de existir. Alguns pensadores que discutem a formação do pensamento social brasileiro acabam fomentando o discurso de um país em sua

⁷ A denominação “ralé” utilizada pelo Jessé de Souza, não assume um caráter pejorativo, pelo contrário, representa um tom crítico provocativo do autor em definir que existe uma classe que é tratada como ralé, desassistidas e marginalizadas nas relações sociais.

gênese corrupta e uma população amorfa.

Raymundo Faoro (1995), na obra “Os Donos do Poder”: A formação do patronato político brasileiro”, atribui ao patrimonialismo⁸ uma das causas fundantes do autoritarismo estatal. O Patrimonialismo, para Sorj (2016), é uma herança “maldita”, na medida em que é caracterizado pela apropriação privada dos recursos públicos. Faoro afirma que o capitalismo (pré-capitalismo), moldou o aparato estatal que posteriormente estruturou o capitalismo moderno.

A vinda da família real ao Brasil, fez com que as estruturas Estatais de Portugal foram implementadas no Brasil, ou seja, foi sobreposto a sociedade. Afirma que não existia uma identidade nacional ou a ideia de nação, cabendo ao Estado o papel de criar a nação e a sociedade civil. A sociedade nessa concepção era amorfa, passível e uma massa desarticulada. O Patrimonialismo (apropriação da esfera pública pelo poder privado), seria uma herança ibérica maldita.

Sérgio Buarque de Holanda em sua obra (1997) “Raízes do Brasil”, segue uma narrativa similar constituindo a ideia do homem cordial como fruto da herança Ibérica. Analisando o culto à personalidade, a valorização da autonomia individual e repulsa por qualquer forma de dependência. Classifica a colonização em dois tipos: “aventureira” e “trabalhadora”, a aventureira ocorreu no Brasil, caracterizado pela exploração extrativista e ganho imediato, sem qualquer pretensão de investimento inicial. O homem cordial, representava a inexistência de uma sociedade civil que pudesse servir como base para um Estado impessoal. A prevalência do emocional sobre o racional, do íntimo sobre o pessoal. O homem cordial saía da esfera privada para a esfera social e política, dificultando a separação do público e privado. Afirmava que a escravidão no Brasil era a desvalorização do trabalho pela perspectiva aventureira.

Para Oliveira Vianna, a colonização ibérica nos gentilmente cedeu o “desenvolvimento” e os aparatos institucionais modernos que os indivíduos precisavam para se formar em quando agrupamento social (VIANNA, 1987). E ressalta que o autoritarismo da história brasileira foi apenas um instrumento transitório, devendo ser abandonado após o alcance dos fins planejados, ou seja, o estabelecimento da sociedade liberal.

⁸ O Patrimonialismo, assim como exposto por Faoro (1995), caracteriza-se como a apropriação privada dos recursos públicos. Segundo o autor, é um fenômeno fortemente presente no Estado Brasileiro, principalmente no que tange a classe política.

Ademais, Roberto DaMatta (1997), na construção do pensamento social brasileiro implementa a teoria do “jeitinho brasileiro”, em sua obra: Carnavais, malandros e Heróis. O jeitinho Brasileiro seria a narrativa da corrupção na sociedade brasileira como via de regra, presente em sua estrutura social de forma inexorável. Evidenciando a banalização da transgressão da lei.

Na perspectiva de Jessé de Souza, às análises dos autores citados que traçam um perfil e estrutura da sociedade brasileira acaba retratando de forma reducionista a realidade do país. Desprezando-se os fatores não econômicos que estruturam às disparidades entre os indivíduos. A classe⁹ definida como “ralé” não é desfavorecida apenas pela questão financeira, mas em relação ao conjunto de forças sociais que estão presentes em sua vida desde o berço, que vai da estruturação familiar ao capital cultural¹⁰ do indivíduo. Nessa perspectiva

Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente “compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo. (SOUZA, 2016, p. 18).

A ralé é um corpo social desprivilegiado incapaz de atender a demanda do mercado moderno, visto que, esses indivíduos não dispõem de qualificações mínimas exigidas pelo setor produtivo que estabelece um exigente conhecimento técnico ou capital cultural. Sendo assim, eles não podem ser configurados como exército de reserva da atividade do circuito superior, pois não possuem os pré-requisitos para tal ocupação. Estarão assim sempre sujeitos os subempregos com baixa remuneração e uma condição de exploração. Uma vez que:

Hoje em dia, o capitalismo pressupõe uma alta, comparativamente, incorporação de conhecimento técnico para o exercício de qualquer função produtiva no seu setor mais competitivo. Desse modo, ainda que a ralé inegavelmente disponha capacidades específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essa capacidade não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão. (SOUZA, 2016, p. 29).

⁹ O termo classe atribuído na perspectiva de Jessé de Souza, não tem haver diretamente com renda, mas sim com uma lógica estrutural de estímulos sociais, cujo o primeiro contato é na infância, antes mesmo de ter uma noção do que é o capital.

¹⁰ O conceito capital cultural é cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, trata se de uma herança cultural advinda da estrutura familiar e do meio social que o indivíduo está inserido. Essa cultura passa a se transformar em instrumento de dominação das classes privilegiadas, uma vez que são estas que têm acesso aos mais ricos ensinamentos e oportunidades dentro das relações sociais. Impondo a cultura dominante sobre outra de denominada arbitrário cultural dominante

Então esses indivíduos pertencentes a ralé são excluídos e marginalizados no processo de produção e trabalho, cabendo a eles assumirem postos informais e precários. Vendendo seus corpos e força de trabalho por baixas remunerações, muitas vezes, apenas o suficiente para sobreviver. O espaço no mercado para esses indivíduos vem tornando cada vez mais escasso, alimentando às novas formas de exploração do trabalho pós-revolução industrial.

(...) A ralé brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe uma relativa alta incorporação de conhecimentos técnicos ou capital cultural, ela só pode ser empregada como mero corpo, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular. É desse modo que essa classe é explorada pelas classes médias e altas como corpo vendido abaixo preço (...) (SOUZA, 2016, p. 29).

Diante disso, emergem novas formas de legitimação da exploração moderna como, por exemplo, a narrativa do empreendedorismo popular para às classes desprivilegiadas. A narrativa comercializa uma nova educação do trabalhador para tornar-se flexível e racional, obedecer ao mercado sem está dentro de uma fábrica, sendo influenciado por uma força que ele não controla e sequer compreende.

Essa violência simbólica ultrapassa a exploração da relação de trabalho, ela está presente no cotidiano, e afeta todas as classes, mesmo que em menor ou maior grau. Um grande paradigma a ser enfrentado é enxergar essa instituição e dominação social e política, deixando de lado inimigos forjados pelo pensamento dominante para ludibriar o pensamento crítico, desconstruindo:

O descolamento das causas verdadeiras da injustiça social para espantalhos inofensivos que não incomodam ninguém, como uma elite má e abstrata que se refere a todos e ninguém, ou oposições do tipo Estado corrupto versus mercado santinho etc. A crítica é transformada em mero gesto ritual, sem qualquer consequência efetiva. (SOUZA, 2016, p. 460).

E assim, evidencia-se que não existe um inimigo ou monstro a ser combatido, como enfatiza a narrativa comum e dominante, pois todos indivíduos em maior ou menor grau cotidianamente corroboram para essa desigualdade estrutural. Quando se enxerga o outro como um indivíduo diferente e subjugam-se

sua situação ou demonizamos outros de classes diferentes, não estamos fazendo nada além de reproduzir um pensamento inerte que não contribui em nada para combater tais estruturas.

E em todo decurso histórico essa disparidade se mantém até os dias atuais, pois “a modernidade de países como o Brasil é deficiente, seletiva e periférica porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de equalização de condições sociais das classes inferiores.” (SOUZA, 2016, p. 460).

Foi diante do abandono secular dos escravos e a ausência de uma preocupação efetiva com a desigualdade social que produzimos a ralé brasileira. A ausência de debates e análises profundas sobre tal fenômeno corrobora ainda mais uma via de não solução. Esses indivíduos são jogados muito cedo na competição social sem preparo ou estrutura, mergulhados na incerteza luta para sobreviver dentro de um feroz sistema excludente.

Nas vias da informalidade as mulheres passam a trabalhar como domésticas e atividades relacionado ao cuidado doméstico que por sua vez são postos desvalorizados. Os homens, assumem postos de trabalho não qualificado, atuando como vigia, transporte de carga, ambulantes dentre outros. A consequência da opressão vivenciada pela ralé não tem como consequência apenas a incerteza da ocupação ou a falta do pão de cada dia. A desorganização e desestruturação afeta as múltiplas dimensões da vida, que produz a desestruturação familiar.

Existem, portanto, “pré-condições” não só materiais, mas também, emocionais e simbólicas que explicam como classes sociais inteiras são construídas e reproduzidas como bem-sucedidas ou fracassada desde o berço” (SOUZA, 2016, p.476). Evidencia então a opressão de classe que perpassa às estruturas econômicas, e invisibiliza indivíduos que desde cedo ver às portas do mercado de trabalho se fechando. E com baixa qualificação, passam a se aventurar em todas as possibilidades possíveis desde bicos a informalidade.

1.5 O batalhador ambulante no Brasil e a inserção no mercado informal

O trabalho ambulante no Brasil é uma categoria histórica, presente desde antes da independência do país. A atividade de rua ambulante já era exercida por

milhares de pessoas que cruzavam o atlântico trazendo produtos e especiarias de outros países, quando não, cortavam o Brasil adentro para comercializar. Esses denominados de “viajantes” eram de suma importância para a distribuição de produtos e iguarias pelo país a fora.

A efervescência do comércio brasileiro no Brasil colônia era advindo das ruas, dos mascates e viajantes que procuravam às capitais para praticar suas atividades, dentre elas, destacam-se São Paulo, o grande produtor de café, Minas Gerais, e o ciclo do ouro, Recife, e os engenhos de cana-de-açúcar, e Rio de Janeiro, a capital até então. Pontos centrais do movimento econômico, marcado por um intenso comércio de rua que instituiu uma característica cultural nos centros urbanos do país.

Tais trabalhadores(as) ficavam perambulando pela cidade, ou concentrados em grandes áreas de movimento, comercializando diversos produtos, desde artigos e objetos até a comidas, grãos e especiarias. Era uma prática comum, e atendia grande parte da população, incluindo os mais abastados. Com a abolição da escravidão, o comércio de rua cresceu ainda mais, passando a ser uma prática permanente (CARDOSO,2010).

Grande parte dos ex-escravos não encontrava outra forma de sobrevivência a não ser por meio da atividade de rua, passando então a integrar a categoria. Tais formas de comercialização eram repreendidas fortemente pelas autoridades vigentes, principalmente se o autor fosse negro, que corria o risco de ser considerado “vadio” e ser imediatamente preso.

Desde então, constitui-se a ideia de um trabalho marginal visto com preconceito pela elite Brasileira, que tentavam se distanciar o máximo dessa população, apagando suas vozes e relevância na história e no pensamento social brasileiro. Pois a elite queria construir às estruturas de um país dito “civilizado” assim como determinado pelo eurocentrismo, e boa parte desses indivíduos outrora não eram considerados nem humanos, e sim um mero produto para realizar as atividades braçais e satisfazer a casa grande.

Desde então, ao longo da história essa atividade se tornou recorrente, e após a consolidação das leis trabalhistas, a atividade ambulante foi considerada constitucional a partir do decreto de decreto-lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940, mencionado anteriormente. Nos dias atuais, essa atividade realizada não se difere dos tempos passados, indicando que não se trata de um fenômeno

moderno ou novo, advindo das reconfiguração do mercado capitalista, se trata de uma categoria histórica que passa a ser incorporada nas estruturas dessa nova configuração, servindo como base para sustentar o mercado moderno.

Essa população de auto empregados¹¹ apesar de ser constituída como uma categoria, não detém direitos e seguridades garantidos pela CLT. Pois o processo de regularização desses trabalhadores ainda é realizado de forma flexível sem garantia, a não ser da autorização formal do poder público, ou seja, depois de décadas, a realidade desses comerciantes de ruas pouco mudou.

O que o poder público tenta realizar no que se tange a regulamentação do trabalhador ambulante garantindo a proteção social e direitos trabalhistas é a implementação da lei do Microempreendedor Individual (MEI), combina a regularidade fiscal com proteção social. Advindo da Lei Complementar 128/2008, que editou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/06) para incluir trabalhadores por conta própria que constituem microunidades econômicas de até dois integrantes, incluindo assim os ambulantes.

Essa lei visa garantir concessão, permissão e autorização desta atividade juntamente com as leis municipais que versam sobre a regulação das atividades. Mas na prática, essa regulação apresenta dificuldades, primeiramente pela ausência de leis municipais que permitam a atuação dos ambulantes em determinados espaços mediante uma autorização pública, como por exemplo, ruas e transportes públicos, onde geralmente são proibidos.

Um dos grandes entraves nos municípios que contribui decisivamente para a precarização dos comerciantes de rua está justamente na falta de articulação entre as duas normas: a permissão de uso do espaço público e a resolução do Microempreendedor Individual. Pois grande parte das cidades dispõem de um controle e instrumento de regulação precário, fazendo com que o MEI, que se apresentou como um instrumento de regulação importante, reste como algo não tão prático para a realidade dos trabalhadores.

Em meio a isso, inicia-se um processo de intenso conflito entre os municípios e os trabalhadores informais ambulantes. Onde o primeiro se abstém de realizar esforços para garantir a regulação e às condições necessárias para um ambiente estruturado e o segundo insatisfeitos com às medidas tomadas que

¹¹ As expressões “ambulante”, “camelôs”, “auto empregados no comércio de rua” e “comerciante de rua” são usadas de forma equivalente.

muitas vezes não ouvem o lado de quem está na rua comercializando.

No mais, para além da regularização dos trabalhadores que visa garantir direitos e seguridades sociais, é indispensável entender as relações entre o setor formal e setor informal, para isso, vamos analisar as disparidades dos denominados “circuito superior” e “circuito inferior”.

CAPÍTULO II- VERSANDO SOBRE A (IN)FORMALIDADE

Figura II - A (in)formalidade nas ruas do Recife



Fonte: Amorim (2019), registro do autor.

O presente capítulo trata sobre a organização e as configurações do trabalho nos dias atuais, partindo da concepção dos dois circuitos econômicos modernos, que conformam os cenários das novas relações de trabalho no mundo industrializado. Realiza-se, ainda, a retomada de algumas discussões tradicionais, como a ideia de modernização, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Posteriormente, visa-se debater sobre a inserção do trabalhador(as), no mercado informal e analisar a informalidade por três aspectos: como autonomia, como casualidade e como sobrevivência, traçando suas perspectivas e trajetórias.

2.1 Circuito superior e inferior: entendendo as configurações e relações do trabalho

Por muito tempo, às palavras “modernização” e “desenvolvimento” configura como o ópio do mundo industrializado. Incessantemente, todos os países passaram a investir todas as suas fichas em busca dessas tão sonhadas definições. Talvez de forma ingênua, pensou-se que o desenvolvimento seria sinônimo melhoria para todos, quando na realidade poderia significar também algo totalmente oposto. Assim como pontua Gustavo Esteva (2000), o

desenvolvimento não acabaria com a fome tampouco com a miséria ou com as desigualdades sociais, e que ao contrário, ele certamente tornaria ainda mais altos os níveis de pobreza absolutas.

A criação da ideia de desenvolvimento está atrelada ao imperialismo do capital, que por meio da exploração predatória, estabelece um divisor de águas, e todos que não seguem o modelo desenvolvimentista estariam fadados ao subdesenvolvimento. Desde então, todos os outros países que não se encaixam nesse modelo econômico estabelecido como “moderno” passam a segui-lo incansavelmente, negligenciando as particularidades naturais, culturais, econômicas e sociais; em busca da utopia do padrão de vida dos países denominados desenvolvidos.

A narrativa que o “terceiro mundo” estaria passando por um processo de desenvolvimento e que o subdesenvolvimento seria um estágio de transição já não tem mais credibilidade, isto é, “(...) não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar.” (SANTOS, 2008, p.19).

Sendo assim, pode-se afirmar que “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 1961, p.184). O subdesenvolvimento, nesse sentido, é um processo autônomo; um construído através das relações entre os países centrais, os industrializados e os países periféricos. Posto isso,

“Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão. Por outro lado, as forças de modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva em suas formas e em seus efeitos.” (SANTOS, 2008, p.20)

O desenvolvimento seria então um processo seletivo e excludente, constituindo uma relação de interdependência dos países centrais,

industrializados e periféricos, promovendo uma hierarquia econômica marcada por profundas disparidades sociais. Essa bipolarização torna-se essencial para a definição da estrutura econômica mundial, que ocorre de maneira desuniforme e desproporcional.

A não uniformização do crescimento tecnológico global fez com que os países menos "desenvolvidos", verificasse-se uma crescente demanda por tecnologia internacional. Segundo Furtado (2007), o conceito de dependência tecnológica se traduz na não inovação de técnicas e na adoção de padrões de consumo sob a forma de produtos finais que exigem um grau de sofisticação que não serão mantidos pelas técnicas vigentes até então.

A dependência tecnológica e a dicotomia entre país subdesenvolvidos e desenvolvidos, faz com que a economia de mercado global se instalasse de maneira diferente nos países subdesenvolvidos. Nesses casos, o advento do projeto neoliberal atrela a lógica de "desenvolvimento" diretamente à lógica de crescimento econômico sobre uma perspectiva do mercado, ou seja, da maximização dos lucros com poucos custos. Visto que:

É a desigualdade distributiva, enfim, que possibilita mais rápida acumulação de capital, cabendo à ocupação em atividades de elevada relação trabalho/capital, com remunerações necessariamente abaixo de níveis satisfatório, e às vezes inferiores aos níveis mínimos necessário aceitáveis[...]. (CAVALCANTI, 1983, p. 29).

Diante da bipolarização do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, constitui-se, na modernidade, dois circuitos estruturantes da economia mundial. O primeiro, denominado de circuito superior ou moderno, que está intimamente relacionado com a modernização industrial e tecnológica. Este circuito ocupa o topo da hierarquia do mercado global, estabelecido para os países desenvolvidos que concentram a maior parte da economia mundial. O circuito inferior ou tradicional, por sua vez, é constituído por atividades de pequeno impacto, endereçados às camadas sociais pobres e periféricas, que está intimamente atrelado a perspectiva do subdesenvolvimentismo (SANTOS,2008). Tais circuitos se estabelecem em polos opostos, mas mantendo um vínculo de interdependência. Na perspectiva de Cavalcanti (1983),

A economia moderna tende a se expandir às custas da economia de

baixo potencial produtivo, via de regra associada a atividades autônomas. Mas a economia de inferior margem de produtividade não se reduz em termos populacionais absolutos, engrossada que é continuamente pelos excedentes de população trabalhadora que não consegue permanecer nos setores tradicionais, assimilado estes em planos tecnológicos mais alto, capital intensivo pelos setores líderes (CAVALCANTI, 1983, p. 22).

Sendo assim, a economia do circuito inferior não apenas faz parte da estrutura econômica moderna, como também é a base de estruturação da mesma. Estabelece-se assim uma relação de convivência, pois a população não absorvida pelo circuito superior, passa a estruturar o circuito inferior, nutrindo mutuamente tais estruturas, pois

Os novos empreendimentos não substituem propriamente nem partem de velhas atividades, engendrando ao contrário, uma convivência onde o moderno se expande à força do capital empregado e o antigo se mantém pela inevitabilidade de absorção dos excedentes de mão de obra, rejeito no novo esquema de empreendimentos. É assim que se nutre o setor não-organizado de atividades tradicionais, sobretudo no ramo da prestação de serviços, exercendo o papel de desagudouro para o fluxo de mão de obra(...)
(CAVALCANTI, 1983, p. 23).

Desse modo, a constituição da informalidade no circuito inferior é importante, em medida que estabelece um subsistema de consumo, pois “cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano” (SANTOS, 2008, p. 22).

A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização. No sistema ‘dominado’, aqui chamado de subsistema, as possibilidades de inovação estão abertas, assim, às mesmas variáveis que foram objeto de modernização no sistema ‘dominante’.” (SANTOS, 2008, p.31)

Assim estrutura-se, em uma escala mundial, uma sucessão de modernizações nas estruturas econômicas. A criação de dois sistemas bipolar, um atrelado ao circuito complexo de produção e distribuição e outro ao consumo mais imediato acentua a disparidade econômica anuncia-se, de um lado um seleto grupo que concentra grande parte das riquezas, de outros assalariados em busca de bens e serviços. Assim,

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou

vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação e da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.” (SANTOS, 2008, p.37).

Esses dois circuitos formam uma estrutura econômica predominante no mundo contemporâneo que advém e se aprofunda com a modernização tecnológica. Os impactos desta modernização são responsáveis pelas situações econômicas e sociais atuais, e também, pela reorganização do espaço. Visto que “o impacto modernizador é seletivo, isto é válido tanto no nível nacional quanto no nível regional e local.” (SANTOS, 2008, p. 35).

A interligação entre esses dois eixos é realizada pela função do intermediário, que é caracterizado por setores de médio impacto que dialogam com ambos os circuitos. Esse intermediário segundo Santos (2008), é pertencente a classe média, que dispõem de um capital razoável para investimentos medianos. Afim de expor o que vimos apresentando, ilustra abaixo um quadro da estrutura dos dois circuitos conforme destacada por Milton Santos:

Figura III - Hierarquização dos circuitos econômicos

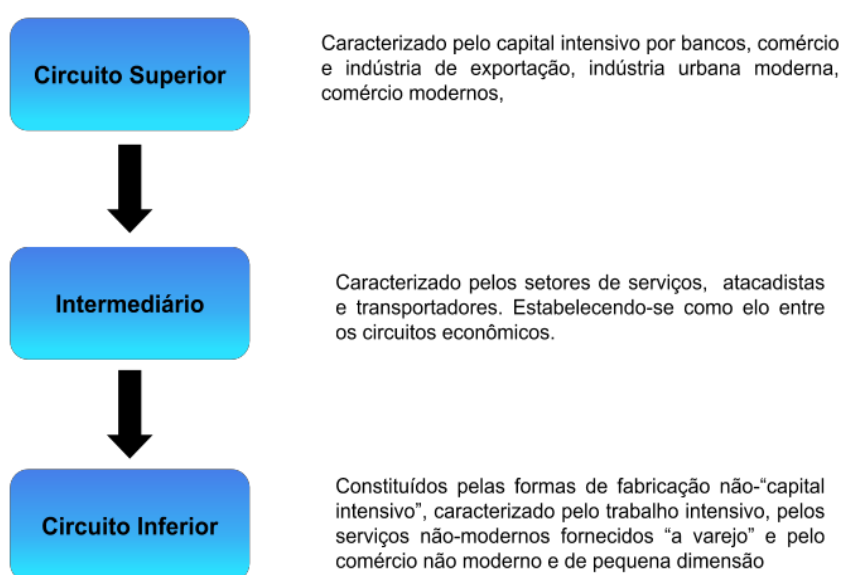


Ilustração baseada na leitura dos Circuitos econômicos de Milton Santos (2008).

A estrutura econômica dos circuitos superior e inferior enfatiza uma relação hierárquica, mas também, como dito anteriormente, de interdependência. O papel do intermediário nesse sentido, é o de criar um elo de relação entre produção, distribuição e consumo. Para podermos entender tal estrutura, não se pode fragmentá-lo, mas sim avaliar o sistema por inteiro e entender o papel de cada um para o seu funcionamento. O ponto a seguir, visa entender de forma mais ampla o papel e a função do circuito inferior e suas relações interdependentes, e aprofundar a discussão sobre as relações de trabalhos na via da marginalidade, sem direitos e seguridades sociais.

2.2 Compreensão e perspectiva do circuito inferior

Cabe inicialmente explicar um pouco mais detalhadamente a teoria dos espaços urbanos e sua relação com o subdesenvolvimento, expresso na fundamentação dos dois circuitos desenvolvido por Milton Santos. Por meio da teoria, podemos identificar que os países ditos periféricos são constituídos por intermédio de subsistemas econômicos, como exposto anteriormente.

O sistema superior que dispõe do controle da economia urbana e regional, é constituído por trabalhos bem pagos com garantia dos direitos trabalhistas, acesso ao capital intensivo, apoio institucional e uma boa margem de rentabilidade. Já o sistema inferior ou marginal, é configurado pela baixa remuneração e a flexibilização das relações de trabalho, não garantindo direitos trabalhistas, e uma situação de informalização e baixa margem de lucro.

Esse modo de produção acaba resultando em dois agrupamentos sociais diferentes: grande parte da população vivendo com salários baixos através de atividades intermitentes, sem estabilidade empregatícia e direitos protetivos. Vivendo em uma situação de pobreza, constituindo o protoproletariado, indivíduos explorados e oprimidos.

Esses dois circuitos articulam contraditoriamente o modo de produção capitalista, e acabam resultando em dois agrupamentos sociais diferentes: grande parte da população vive com salários baixos através de atividades intermitentes, sem estabilidade empregatícia e direitos protetivos, vivendo em uma situação de pobreza e constituindo o protoproletariado, uma classe a ser explorada e oprimida.

No outro agrupamento, estão os beneficiados pelo acesso às ferramentas tecnológicas, que percebem continuamente o recebimento de salário, e adquirem os bens e serviços para suprir suas necessidades. Há, ainda, a existência de uma classe média, que por sua vez, utiliza-se dos dois circuitos da economia, participando de um de e do outro circuito. Fazendo muitas vezes um papel de intermediação entre ambos, no entanto, constituir-se em uma terceira via, sendo incorporada em ambos os agrupamentos.

Assim, perpetuando uma desigualdade estrutural, não é de interesse do setor predominante “utilizar técnicas de alto coeficiente de emprego, pois a massa operária representa um perigo, devido à sua força reivindicatória e política.” (SANTOS, 2008, p.192). Estabelecer uma hierarquia social é mais lucrativo para quem se encontra no topo do polo superior.

Sendo assim “[...] nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava as desigualdades sociais.” (SANTOS, 2008, p.194). O lucro passa a ter dois significados para tais circuitos: para o superior significa acumular capital, enquanto que para o inferior o rendimento representa o necessário para sobreviver e garantir a subsistência familiar. Surge daí a possibilidade de identificação de um setor informal da economia.

“A cunhagem da expressão setor informal, para definir nas economias subdesenvolvidas, o agrupamento de atividades de baixo nível de produtividade, de organizações muito pequenas ou não organizadas, familiares, às vezes individuais” (CAVALCANTI, 1983, p. 26).

Esses trabalhadores(as) informais, que posteriormente chamaremos de ralé ou batalhadores(as) (Souza, 2014 e 2016), garantem seu sustento ocupando o estreito espaço remanescente da economia, criando a sua própria ocupação diante das mais variadas necessidades existentes. Os trabalhadores informais distanciam-se do crescente desemprego estrutural, que atinge primeiramente o eixo mais fraco.

A criação desses espaços de ocupação é um elemento chave para economia urbana nos países subdesenvolvidos, pois tem um papel de absorver indivíduos pobres e marginalizados, com baixo nível de profissionalização e escolaridade, que dificilmente conseguiria trabalhar no circuito moderno. Sendo assim, é uma área de crescente expansão, principalmente em momentos de crises

econômicas estruturais.

Sua existência e expansão devem-se antes às sobras de mão-de-obra que não se emprega no âmbito da economia organizada do que à procura de produtos informais partidas da última. O mecanismo, com efeito, funciona ao revés, ou seja, é a presença do setor informal que induz, que leva ao aparecimento de demanda em grau suficiente para o provimento das necessidades básicas da população trabalhadora engajada no setor e da reprodução do (pequeno) capital nele empregado (CAVALCANTI, 1983, p. 33).

Esse pequeno setor constitui uma estrutura de abrigo, criando uma via contra a desocupação no mercado de trabalho. Apesar desse refúgio, a realidade do trabalho é uma situação difícil e muitas vezes hostil. Caracterizada pela instabilidade da ocupação, má remuneração e localizado em espaços públicos que são, ao mesmo tempo, palco de disputas e conflitos.

Por intermédio desses vínculos de comercialização se estrutura uma rede de socialização do trabalho, incluindo a massa populacional na rotatividade da economia. O mercado em que se insere esses indivíduos é configurado pelos produtos e serviços de baixo impacto, presentes no cotidiano populacional e, também, “[...] seu capital é reduzido, assim como seu volume de negócio; os estoques são pequenos e o número de pessoas ocupadas em cada estabelecimento também é pequeno. As pequenas atividades têm necessidade de pouco espaço e podem até alojadas nas casas dos agentes, ruas e espaços públicos.” (SANTOS, 2008, p.212).

Produtos de baixo custo e acessíveis são características presentes nessas atividades, e como o comerciante não possui um local fixo e permanente, a distribuição do comércio é variado, indo os ambulantes ao encontro dos consumidores, deslocando-se de forma diversificada. Esse comércio estabelece produtos e serviços flexíveis, adaptando-se a sua demanda de acordo com a busca de seus consumidores.

Esse microcomércio permite que indivíduos tenham acesso a produtos diversos com um custo menor do que o comércio formalizado, permitindo uma maior acessibilidade a itens essenciais no cotidiano. Essa dinâmica exige menor disposição de capital intensivo, e atende uma demanda imediata sem necessidade de grandes estoques de produtos.

Tais “[...] vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do

comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor” (SANTOS, 2008, p.218). Esses vendedores passam então a comandar microcadeias de comercialização, essenciais para a estruturação dos circuitos.

Um dos elementos essenciais para o funcionamento dessa microcadeias de comercialização é o papel de setores intermediários, que constrói o elo entre os dois polos da economia. A intermediação é constituída por três áreas essenciais: a de distribuição, o atacadista e o setor de serviços. São responsáveis por financiar, distribuir e estruturar o funcionamento do setor inferior.

Em virtude da ausência do financiamento de capital por parte do grande setor, em especial dos bancos, e da carência de auxílio do poder público, essas intermediações acabam assumindo as funções de investir e movimentar a base da estrutura. Fornecendo créditos, produtos e matérias primas para os ambulantes, realizam um grande esforço para girar esse capital.

Esses mecanismos permitem uma certa acumulação de capital que seria impossível com o sistema bancário moderno. Poder-se-ia perguntar se esse sistema, não institucionalizado e finalmente bem frágil, não poderia ser substituído por alguma instituição adaptada às condições próprias do circuito inferior e que garantisse a permanência dessas pequenas atividades, e, portanto, o nível de emprego, contribuindo ao mesmo tempo para o crescimento da economia. Mas as cooperativas que reúnem os pequenos comerciantes, os artesãos, assim como os produtos rurais [...] são raros. (SANTOS, 2008, pág,237).

O lucro nessa relação, antes de tudo, é para garantir a sobrevivência dos indivíduos marginalizados pela economia. “Os preços no circuito inferior dependem, de um lado, das condições em que o comerciante é abastecido e, de outro, das formas de relações com sua clientela.” Daí a prática da pechincha enquanto resultadas “das condições sazonais” e também “um ajustamento entre cliente e comerciante.” (SANTOS, 2008. p.248).

A lógica e organização do circuito inferior difere das estruturas modernas ou tradicionais da economia. Estabelece uma sistematização flexível e dinâmica vinculada diretamente aos objetivos do agrupamento social: a de garantir o seu sustento diário. A extrema divisão do trabalho e a multiplicidade de atuação são um fator importante para estimular a dinâmica do mercado. A rapidez da variação de mercadoria e serviços adapta ao público consumidor a partir do surgimento da

demanda e da disponibilidade de produtos ofertados pelo setor intermediário.

O baixo grau de investimento permite essa flexibilidade do circuito, onde os riscos são mínimos e, assim como a palavra que os caracteriza: ambulantes, promove um movimento de mudança e reestruturação, ajustando-se ao mercado local de forma fluida, onde produtos somem e aparecem das mãos dos ambulantes periodicamente. Para tal atividade, não se exige muita especialização profissional ou experiências.

O que vale mesmo é a disposição e alguma capacidade comunicativa para atrair consumidores, recursos esses que são variados e comumente perceptíveis nesses locais. Essas atividades absorvem facilmente jovens e adultos que, por inúmeros motivos, não estão no mercado formal. Por isso sua expansão ocorre de maneira rápida e imediata.

Há uma visão, contudo, que o circuito inferior fosse uma forma de romper ou até mesmo quebrar com as estruturas da economia global. Porém, como afirma Milton Santos, o circuito inferior possui como função fundamental

Perpetuar uma situação de pobreza. São as elites da cidade ou de outros lugares que absorvem uma parte não negligenciável da renda urbana. O dinamismo do circuito inferior é, portanto, absoluto, quando se considera esse subsistema econômico como fechado (...). Mas, desde que se leve em consideração sua dependência em relação ao circuito superior, o dinamismo revela-se relativo, senão enganador. Não se pode tomá-lo isoladamente, fora da economia urbana considerada como um todo. (SANTOS, 2008, p. 259- 60).

Sendo assim, o circuito inferior surge para ocupar os trabalhadores/as desprivilegiados que não conseguiram adentrar no mercado formalizado. Pois, quando não encontram postos de trabalho, criam seu próprio setor e ocupação. Sendo assim, a informalidade passa a ser uma via de ocupação em última instância, principalmente para indivíduos marginalizados e não qualificados dentro das regras rígidas do circuito superior. Não ocorre uma quebra, mas sim uma perpetuação do mecanismo econômico dual.

Diante do exposto sobre a estrutura econômica na qual se insere o debate sobre a informalidade, é preciso ainda abordar o tema dos trabalhadores ambulantes que se inserem no contexto do circuito inferior, evidenciando suas estratégias de reprodutibilidade do trabalho e suas trajetórias de vida.

2.3 O desemprego estrutural e a precarização do trabalho no Brasil

O fenômeno do desemprego denota um sintoma de incerteza universal, suas entrelinhas revelam a instabilidade empregatícia, a redução da perspectiva de carreira do empregado, a precarização do trabalho e a fragilidade da garantia dos direitos, sobretudo o direito à previdência social. Tais inquietações não são exclusivas dos países emergentes, é sentido em todo o globo, até nos países mais desenvolvidos.

Os desempregados, são os indivíduos que se tornaram excedente na linha de produção, os quais Karl Marx (1982) denominou de exército de reserva. Diante das incertezas e do risco eminente do desemprego, esses sujeitos passam a baratear sua força de trabalho e com isso se sujeitam a um processo de precarização e exploração do indivíduo, resultando no sobretrabalho.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e a submissão aos ditames do capital. A condenação de parcela a ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1982, p.104).

Nesse sentido, torna-se evidente os condicionamentos estruturais que definem o campo da informalidade. O “exército de reserva” estaria sujeito a superexploração e nem sempre irá encontrar mercados para vender sua força de trabalho, tendo então que trabalhar de forma marginal ou autônoma. O mercado cada vez mais demite trabalhadores, e estes, integrando ao desemprego, tornando-se mão de obra excedente. Nesse sentido:

O emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado [...] é o trabalhador que oferece, ele que é o vendedor da mercadoria, e a mercadoria não é o emprego, mas a capacidade de produzir do trabalhador (SINGER, 2003, p. 12).

Quando a oferta se torna maior que a demanda, a tendência mercadológica é a depreciação da força de trabalho, como também a maior exploração do mesmo. Atualmente, sente-se o efeito de políticas neoliberais de

otimização da produção e redução dos quadros de funcionários advindo da lógica toyotista¹².

A desestruturalização do emprego, segundo Paul Singer (2003, p. 23), assumem uma nova dimensão “O desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho [...]”. Iniciando o processo de deterioração do mercado de trabalho, a redução os postos de trabalho jogam os sujeitos para a informalidade.

Os novos postos de trabalho em via formal, em vista desse contexto, dispõem-se no mercado de trabalho de forma mais enxuta, garantindo o mínimo de direitos exigidos e pagando o mínimo necessário estabelecido pelo acordo coletivo. Em contrapartida, a função do funcionário e o tempo de serviço ampliam-se, exigindo eficiência e agilidade, para dar conta das metas estabelecidas. A seguridade do emprego seria instituída em raros casos:

Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável gravitam um núcleo variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificado e, portanto, substituíveis. (SINGER, 2003. p. 25).

Sendo assim, a qualificação de determinados indivíduos torna-se um fator relevante para a promoção da estabilidade empregatícia, como também, para a inserção ao mercado de trabalho. Contudo, na realidade do mercado, a qualificação profissional não significa necessariamente uma maior seguridade. O que influi, em última instância, é quanto o trabalhador está disposto a abrir mão para submeter-se à vaga.

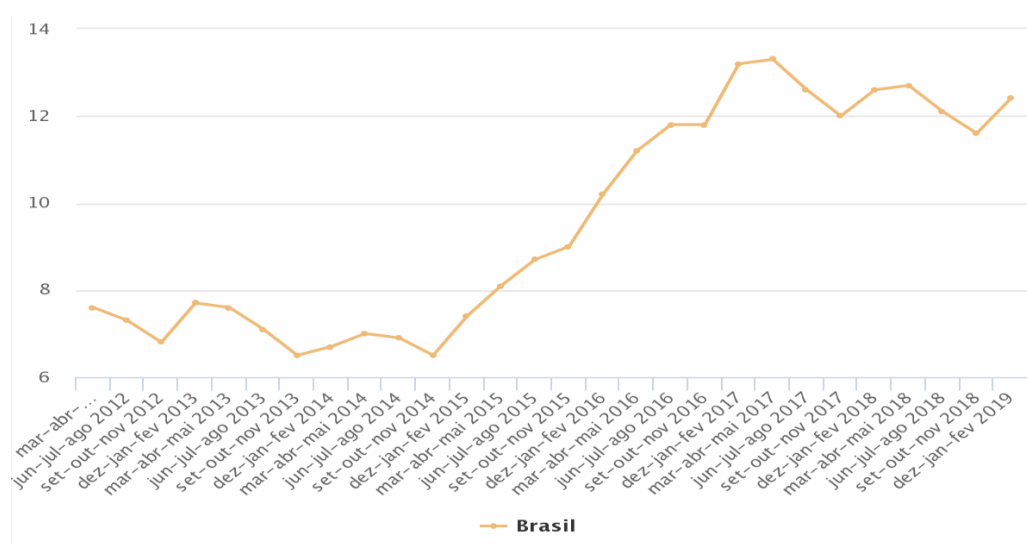
Consequentemente, os que mais sofrem no processo do desemprego e precarização são os indivíduos com baixa qualificação escolar e profissional, que vivem em alguma medida à margem da sociedade. Isso caracteriza a exclusão de uma dada parcela da sociedade do gozo de seus direitos legais. O trabalhador pobre não pode se dar ao luxo do ócio, o que o leva a busca incessante de

¹² A lógica Toyotista segundo Antunes (2016), caracteriza-se por desenvolver técnicas de redução dos estoques; diversificação dos produtos fabricados; automatização de etapas da produção; mão de obra mais qualificada e multifuncional. Constituinte ao procedimento Just in time, onde tudo deve ser produzido, transportado ou comprado de forma imediata.

alternativas e estratégias de trabalho, caso contrário, corre o grave risco de morrer de fome (SINGER,2003).

No Brasil, tais estratégias para sobrevivência passam pela via da informalidade, como demonstram dados recentes do IBGE¹³. A informalidade vem reduzindo a desocupação e o desemprego no Brasil. Contudo, apesar de contarem com a via informal como refúgio frente a instabilidade econômica e política no país.

Gráfico I - Taxa de desocupação por pessoas de 14 anos ou mais (PNAD)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua mensal

Apesar de uma leve queda na taxa de desocupação no fim de 2018, a situação volta a agravar em 2019 com o aumento do número de desocupados no país. Percebe-se assim o impacto direto da redução de postos de trabalhos formais, com a perda de 3,4 milhões de empregos com carteira assinada entre 2014 a 2019. Houve também o aumento da subutilização dos trabalhadores contratados, que passaram a ter o tempo de serviço estendido, ocupando muitas vezes múltiplas funções.

O processo de desregulamentação ocorre em nível global, diante o

¹³ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada pelo IBGE, que apresentou taxa de desocupação de 12,4% no trimestre (jul./ago./set), uma queda de 0,6 ponto percentual comparado com o trimestre anterior acessado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17508-informalidade-aumenta-e-continua-a-reduzir-o-desemprego-no-dia-15.05.2019>

avanço das políticas neoliberais que, por meio de suas crises forjadas, instaura um ambiente hostil, de incerteza crônica e instabilidade, fazendo que os indivíduos se submetam a condições de explorações ainda mais acentuadas, constituindo uma classe, denominado por precariado¹⁴ (Standing, 2013). A melhoria dessa situação está longe de ser realidade, apesar da perspectiva da redução do desemprego.

Pode-se dizer que a via da informalidade sempre esteve presente na trajetória do mercado de trabalho no Brasil. E o fenômeno tende a se aprofundar na conjuntura atual, quando a recessão econômica avança como reflexo direto da crise política e institucional vivenciada pelo país, além da queda de investimento devido à perda de credibilidade e confiabilidade, tendo seus graus de investimentos reduzidos a baixos patamares.

Medidas como a Reforma Trabalhista, ocorrida no ano de 2017, longe de enfrentar os desafios do desemprego e da informalidade, não contribuem para a melhoria da situação da relação de trabalho e na abertura de postos de emprego. Se o objetivo da CLT era o de garantir direitos que nem sempre são preservados, a reforma traz mudanças que favorecem mais o patrão do que o empregado, promovendo um imenso retrocedendo histórico nos direitos sociais e dos trabalhadores/as.

Denota-se então que a situação dos circuitos econômicos não apresenta alterações positivas. Os mais atingidos, nesse contexto, são os indivíduos que amargam o desemprego e buscam uma solução para modificar sua realidade. Uma das principais fórmulas recorrentes, como veremos a seguir, é adentrar na informalidade como um ato de resistência e sobrevivência, buscando assim, múltiplas formas de gerar renda.

2.4 A informalização do trabalho como vias de regra

A informalidade é uma categoria multifacetada e assume inúmeras

¹⁴ O precariado é o termo designado por Guy Standing, que aponta para o surgimento de uma classe marginalizada pelo capital. Essa classe, em sua concepção, seria um agrupamento impetuoso, formado por cidadãos indignados pela desigualdade social. Essa indignação seria uma força motriz capaz de destruir as estruturas desiguais baseadas da exploração e expropriação dos indivíduos constituindo uma nova via.

definições e conceituações, atrela-se à categoria o caráter do subemprego, do trabalho ocasional e de um setor não organizado e precário. Essa bipolarização formal e informal é muitas vezes vista como faces opostas totalmente desassociadas no mercado de trabalho (CAVALCANTI, 1983). Contudo, a estrutura do mercado não só abrange a informalidade como também tem o setor informal como um circuito inferior parte de uma mesma estrutura.

A difusão do termo setor informal ocorreu por conta de sua adoção no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a estrutura produtiva e do emprego no Quênia no início da década de 1970. O objetivo do relatório era analisar as implicações do processo de industrialização moderna no mundo, identificando a evolução do emprego e renda. No relatório, surge o enfoque em dois setores econômicos denominados formal e informal, sendo o primeiro denominado como moderno e o segundo como tradicional e periférico.

Segundo Matsuo (2009), o Estado só reconhece dois tipos de mercado, o informal e formal. Em sua perspectiva:

[...] a carteira de trabalho assinada é um dos principais elementos que definem a participação em condições normais dentro do mercado formal. O contrato legal de trabalho instaura ao trabalhador direitos e deveres previstos na legislação trabalhista. Já a economia informal possui um caráter invisível, subterrâneo, submerso e sem qualquer aparato jurídico institucional do mercado de trabalho formal, reconhecido oficialmente. Os partidários dessa visão defendem a desregulamentação da economia, a redução do tamanho do Estado e as atividades ilegais (MATSUO, 2009, p.42).

Em vista disso, visando definir o setor informal a OIT passa a caracterizá-lo por baixos investimentos e rendimentos de capital, geralmente constituído por negócios individuais ou familiares; tem um alcance local e de pequena escala; tem o trabalho intensivo como principal motor da atividade; detém uma grande competitividade e um ambiente desregulamentado; com uma mão-de-obra com baixa qualificação profissional, e com um acesso fácil quando comparado com os setores econômicos mais complexos.

O setor informal é definido pela OIT por algumas características, dentre elas ressalta o empreendimento individual ou familiar, recurso escasso e doméstico, atuação em pequenas escalas, tem como princípio o trabalho intensivo com baixo suporte tecnológico, com intensa competitividade de forma

desregulada. O acesso a esse setor é prático pois não necessita de uma mão de obra qualificada (ALVES, 2001).

O Setor informal, desse modo, se caracterizaria como resquício do processo de desenvolvimento capitalista. Podemos relacionar essa estrutura na perspectiva de Milton Santos, que faz um contraponto à visão liberal de que a informalidade seria estabelecida por iniciativa popular, contrapondo-se ao Estado e suas regulamentações econômicas. No viés liberal, caberia ao Estado reduzir o controle e a rigidez do mercado e permitir que o mesmo se autorregule, fomentando a iniciativa do livre comércio, assim como os fundamentos do liberalismo (ALVES, 2001).

Na ótica estrutural definida por Milton Santos, a economia combina “dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço.” (SANTOS, 2008, p.21-22). Sendo assim, o formal e informal apresentam uma relação estrutural hierárquica, situada em polos opostos que compõem a lógica econômica. Quando definimos o que é informalidade, entendemos como sendo uma atividade econômica não regularizada e marginalizada, que é caracterizada por ausências de direitos trabalhistas e ambiente instável (GORZ, 2004). Podemos afirmar então que:

[...] nas suas dimensões técnico-produtiva, institucional, funcional e de relações sociais, revela a convivência de distintos padrões tecnológicos, acarretando diferentes padrões de produtividade; demonstra diversas formas de relacionamento das camadas sociais e dos setores produtivos com o Estado; revela ainda as diversas relações de funcionalidade que os segmentos não capitalistas, atrasados ou informais mantêm com os núcleos dinâmicos de acumulação de capital; e por último, demonstra também diferenças nas formas de apropriação do excedente, na estrutura ocupacional e nos padrões de distribuição de renda e de acesso aos bens públicos das diversas camadas sociais (MATSUO, 2009, p.47).

Portanto, essa estrutura revela uma relação funcional entre o setor superior e inferior, como definido na perspectiva de Santos (2008). Assim, se antes a informalidade era casualmente evidenciada nos processos de exclusão social, atualmente ela se manifesta de forma intensa, apresentando-se como uma força de resistência, sobretudo, um modo de sobreviver (TELLES, 2002). Quando esses indivíduos perdem a identidade de trabalhador, são taxados como a escória social, traduzida na típica frase “vai trabalhar vagabundo”.

Esse fenômeno caracteriza uma variedade de atores envolvidos no

cenário da informalidade, nos quais vendedores em geral, trabalhadores autônomos, cooperativas e pequenas empresas, vão se efetivando nos mais diferenciados padrões econômicos e sociais (TAVARES, 2004). Tendo o trabalho como única mercadoria que, quando consumida, gera valor, o capitalismo incentiva a criação de novas modalidades de trabalho, diante da escassez de empregos tradicionais formalizados.

A inserção no mercado informal parte de múltiplas perspectivas, seja ela fruto do discurso de empreendedorismo criativo exprimido pelo mercado, ou então como única alternativa de sobrevivência, mediante as faltas de alternativas que se deparam para resistir contra o "furacão" chamado desemprego (TELLES, 2002). Na análise de André Gorz:

[...] o indivíduo está entregue a si mesmo, nu, sem abrigo, abandonado por uma sociedade que não baliza seu futuro; Ei-lo confrontado à tarefa de ter de construir a si mesmo e uma sociedade no lugar daquela que o abandona (GORZ, 2004, p.78).

Tais trabalhadores se veem "obrigados" a trabalharem sem nenhuma garantia constitucional, caminhando pela instabilidade, para poderem receber um montante financeiro para seu sustento. Sendo assim, esses sujeitos excluídos do mercado de trabalho formal, que daria acesso a direitos trabalhistas, se lança à informalidade na tentativa de construir uma via de resistência para se manter em uma sociedade que os abandonou, relegando os direitos básicos.

Tais regulações trabalhistas estão sendo (re)elaboradas, cada vez mais, para legitimar essa flexibilização dos direitos do trabalho em prol da extração do lucro. Desrespeitando os seus direitos básicos de proteção que a declaração universal de direito do homem (1948), art. XXIII, exprime "todo o homem tem direito ao trabalho a condições justas e favoráveis ao trabalho e a proteção contra o desemprego¹⁵". pode-se afirmar então:

(...) que a nossa forma de acumulação truncada utilizou o trabalho chamado informal como mecanismo quase de acumulação primitiva. Hoje, o trabalho informal, que já perdeu como conceito sua capacidade heurística, não é o "outro" do trabalho formal ou da carteira: ele é agora o

¹⁵ Constituição Brasileira de 1988. Acessado em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm> visto no dia 08.04.2019.

modelo para que ainda resta de trabalho com relações formalizadas. flexível, polivalente, anti- hierárquico(..) (GUIMARÃES, 2004, P. 11).

E assim constitui a realidade do mercado de trabalho moderno, marcado pela agenda de flexibilização. Na linha da precarização estão principalmente as mulheres, jovens e os grupos étnicos minoritários historicamente marcados pelas desigualdades sociais. Tais “(...) desigualdades reais podem não ser percebidas como tais se o ordenamento social produz justificativas que as legitimam como ordem do mundo natural, e não como desigualdade” (CARDOSO, 2010, p. 26).

Ao mesmo tempo, difunde-se no senso comum a culpabilização dos indivíduos pela situação do desemprego, e a lógica do capital taxando tais como escória da sociedade. E assim se produz uma pseudo justificativa dita racional, como afirma Alberto Cardoso:

É característico da modernidade a necessidade de justificação racional dos ordenamentos sociais, no sentido de que os indivíduos e às coletividades em contradição de desigualdade tem, pelo menos idealmente, que oferecer razões para justificar sua posição na distribuição desigual de recursos, serviços, liberdade, poder, recompensas materiais e estatutárias (CARDOSO, 2010, p. 28).

Podemos afirmar então que o mercado passa a justificar a disparidade entre os indivíduos, tomando essa premissa como um fenômeno natural da economia. Para que o indivíduo melhore suas condições de vida, tem que cada vez mais se sujeitar às precárias relações de trabalho, vendendo o que lhe resta: a sua força de trabalho. No capítulo seguinte, enfatiza-se a estruturação e a dinâmica da economia moderna e suas implicações no bojo social.

2.5 O trabalho ambulante como autonomia, casualidade e sobrevivência

O discurso difundido pelo senso comum, em grande parte, caracteriza o setor da informalidade com uma acepção negativa, criminalizando por muitas vezes suas atividades. As instituições, por sua vez, também perpetuam uma visão análoga à criminalização da informalidade, utilizando o aparato institucional para reprimir em vez de buscar soluções plausíveis para a situação do trabalho e desemprego no país. Nesse caso, situam “a informalidade com algum tipo de pobreza ou que não distinguem práticas criminosas (por exemplo, a venda de produtos ilegais) de outras situações ilegais não criminosas ou não previstas pela

lei [...]” (NORONHA, 2003, p.116).

No entanto, o mercado informal não deve ser visto apenas como uma atividade marginalizada e precária, pois podemos também enxergá-lo por uma ótica econômica includente ou social que o vê enquanto setor articulado a circuitos econômicos formais, que geram trabalho e renda. Nessa medida, trata-se de uma modalidade de trabalho que preserva a autonomia do indivíduo, que tem liberdade e flexibilidade de escolha na sua atividade, como por exemplo: local de trabalho, horas de trabalho, produto ou serviços oferecidos, dentre outros.

A reprodução do trabalho informal abrange uma pluralidade de subcategorias que compõem o circuito inferior. Desse modo, não existe apenas uma categoria de trabalho informal, e sim múltiplos postos de trabalho que vão desde empregos domésticos até os denominados bicos esporádicos. Maria Aparecida Alves (2001), em sua pesquisa sobre as diferentes formas de informalidade na contemporaneidade, identifica diversas dimensões do trabalho informal, dentre eles: a) trabalhadores informais tradicionais; b) trabalhadores assalariados sem registro; c) trabalhadores autônomos ou por conta própria; d) pequenos proprietários informais.

A categoria do trabalhador ambulante nessa perspectiva estaria presente na subcategoria de trabalhadores tradicionais. O trabalho informal tradicional é caracterizado pelo empreendimento individual ou familiar, com pouco investimento econômico e que dificilmente consegue acumular capital e exigem baixo conhecimentos técnico profissional. Ele está geralmente no ramo de prestação de serviços ou comércio, e além do ambulante inclui também o cabeleireiro(a), costureiro(a), empregado(a) doméstico(a) etc.¹⁶ (ALVES, 2001).

Pode-se destacar que a motivação da inserção do indivíduo no trabalho ambulante também pode ser categorizada de diversas formas. Nessa medida, podemos classificar a inserção no trabalho informal ambulante como autonomia, casualidade e sobrevivência:

Os trabalhadores que encaram a informalidade como autonomia vislumbram na atividade uma oportunidade de investir em um mercado de pequeno porte, se distanciando o máximo possível do fantasma do desemprego

¹⁶ Apesar de englobar diversos tipos de ocupação, podemos também realizar uma outra subdivisão da subcategoria “denominada trabalhadores informais tradicionais”, uma vez que, a dimensão da reprodução de trabalho de cada área remete a condições específicas

que perambula em toda a esquina. Muitos indivíduos aderem ao trabalho ambulante como um espaço de oportunidades para desempenhar uma atividade sem as exigências, hierarquias, formas de controle e metas de uma empresa formal. Isto é, sem se submeterem também a uma relação hierárquica rígida de patrão/empregado que muitas vezes é constituída por exploração e obediência.

A grande característica do trabalhador ambulante autônomo é em relação a flexibilidade e liberdade em administrar sua força de trabalho em função de seus objetivos e necessidades. Como se trata de uma atividade de curto alcance e pouco capital, a possibilidade de perdas nessas atividades, são mínimas, ao contrário das atividades do circuito superior, e o lucro gerado em seu trabalho tem uma finalidade imediata que é garantir seu sustento.

Os indivíduos que adentram na informalidade por uma casualidade têm o trabalho ambulante como uma atividade temporária ou secundária, pois o seu objetivo principal é retornar ao trabalho assalariado. Essa modalidade funcionaria como um “bico” até que se consiga retornar a um trabalho de carteira assinada. Há também pessoas que trabalham de carteira assinada, mas que possuem uma atividade paralela informal para complementar sua renda familiar.

Geralmente esses indivíduos que desejam voltar ao mercado assalariado não possuem uma boa qualificação técnica profissional e não dispõem de um vantajoso capital cultural. Em vista disso, acabam se submetendo a diversos processos seletivos para uma vaga de emprego, e acabam aceitando vagas com baixas remunerações visando ter uma pequena estabilidade financeira no fim do mês. Todavia, em um contexto de acentuado desemprego e de não absorção do mercado formal, acabam procurando outras possibilidades para sua reprodução.

Existe também o trabalhador que adentra no trabalho ambulante ou qualquer uma outra atividade informal por sobrevivência. Comparado com os indivíduos que têm como motivação a autonomia ou casualidade, este é o mais vulnerável. Pois sua característica é a inaptidão de assumir cargos em empresas com contratos formais, ou por possuir condicionantes que inviabilizam sua contratação. Em suma, suas possibilidades são extremamente restritas, sendo que a informalidade representa, muitas vezes, a única via.

Alguns dos indivíduos que se incluem nessa situação são: idosos que encontram dificuldades para retornar ao assalariamento devido a exclusão por

idade; adolescentes menores de 18 anos que pelas leis trabalhistas não estão aptos para trabalhar; mulheres sem experiência e capacitação profissional que por múltiplos motivos tiveram que abrir mão de sua vida profissional; indivíduos ressocializados pelo cometimento de qualquer ato violento ou de transgressão social; estrangeiros ou refugiados que encontram dificuldades de assumir um trabalho formal diante da ilegalidade ou da própria exclusão social proveniente de um discurso xenófobo, dentre outros.

Tais diferenciações evidenciadas nos informam que às motivações como também os postos que ocupam são categorias variáveis. Explicitando questões importantes para entendermos a informalidade e a atividade ambulante em seu sentido amplo. Não existe apenas uma maneira ou motivação, mas várias modalidades de trabalhadores que são influenciados por um conjunto de fatores econômico, político e social.

Diante dessa perspectiva plural é que surge o interesse de ir a campo e entender quem são os(as) donos(as) dessas vozes que ecoam por toda av. Conde da Boa Vista comercializando diversos produtos e serviços? Quais são suas trajetórias de vida e profissional? Como se estrutura e reproduz o trabalho informal ambulante no centro do Recife? Esses e outros questionamentos foram levados a campo objetivando compreender essa parcela da população em expansão no país.

Assim, o capítulo posterior apresentará a experiência de campo da pesquisa, evidenciando as particularidades do espaço, às relações de trabalho e as condições da reprodutibilidade do comércio inferior em contraste com os empreendimentos do circuito superior.

CAPÍTULO III - UM OLHAR AMBULANTE: ANÁLISES DA INFORMALIDADE NO CENTRO DO RECIFE

Figura IV - Um espaço em disputa



Fonte: Amorim (2019), registro do autor.

O presente capítulo trata da pesquisa de campo realizada no Centro da Cidade do Recife, na Av. Conde da Boa Vista, entre os dias 12 de abril até o dia 12 de maio. O estudo tem como sujeitos trabalhadores ambulantes das adjacências do Shopping Boa Vista. Neste período foram realizadas observações diretas, anotadas no caderno de campo, aprofundamos a coleta de informações com a realização de dez entrevistas semiestruturadas.

A sistematização dos dados coletados foi realizada através da análise de conteúdo, ressaltando seis pontos principais: às características dos trabalhadores; às condições socioeconômicas; às trajetórias profissionais; às características da atividade de trabalho e suas estratégias; o espaço de comercialização e por último, a relação do trabalhador com o sindicato.

3.1 As estruturas e relações de trabalho: Uma análise da informalidade no Recife

Como exposto, o trabalho informal esteve presente desde a constituição do Brasil independente, evidenciando-se uma categoria histórica importante para a reprodutibilidade do trabalho no país. O termo ambulante, versa sobre o

trabalhador itinerante, que não possui espaço físico e reproduz sua atividade em espaços diversos, que vão desde a ocupação de ruas até a comercialização em transportes públicos.

A cidade do Recife, em uma perspectiva histórica, é marcada pelo comércio ambulante desde sua constituição. Recife era denominada a “cidade dos mascates” ou “caixeiros-viajantes”. Uma das profissões mais antigas no país, que era constituída por indivíduos que viajavam pelos interiores das cidades e dos Estados vendendo objetos manufaturado, joias, tecidos e especiarias.

Inicialmente, essa categoria era formada predominantemente pelos portugueses que vinham às terras brasileiras em busca de uma vida melhor. Ainda em um contexto escravocrata, não existiam tantas oportunidades de emprego, então o comércio itinerante realizado pelos mascates era de suma importância na época.

Os mascates assim introduziram inovações que até hoje são traços marcantes do comércio popular na cidade. Em sua gênese, Recife era uma cidade predominantemente de comércio, pois o Porto do Recife, era a porta de entrada e saída da economia pernambucana. A relação entre as cidades-irmãs Olinda e Recife era intensa, a primeira comportava a moradia das aristocracias Pernambucana, enquanto a segunda era marcada pelo comércio dos portos.

No Recife, a atividade ambulante é regularizada de acordo com a lei Nº 2134, publicada em 1953, que trata da divisão municipal em zonas para a comercialização do trabalho ambulante regularizado. Posteriormente, a Lei Nº 17.935/2013, atribui a SURB, Companhia de Serviços Urbanos do Recife, a responsabilidade para gerenciar e administrar o comércio informal na cidade do Recife, inclusive o comércio ambulante.

Apesar do esforço do poder público de regularizar, gerenciar e fiscalizar a atividade do comércio ambulante, ainda é ínfima sua atuação, principalmente em um contexto de um crescimento exponencial dessa atividade. Porém, mesmo com leis municipais, não há regras vigentes que explicitem detalhamentos e parâmetros para ações do poder municipal em torno dessa questão, dificultando a situação dos indivíduos ali presente.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo IBGE em 2017, o Estado de Pernambuco apresentou a segunda maior taxa de desemprego no Brasil, sendo que mais de 17% da população do

Estado se encontrava se emprego¹⁷. Em contrapartida, o número de trabalhadores informais nesse mesmo período cresceu, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um aumento de 7,3%, sendo responsável pelo o aumento da taxa de ocupação¹⁸.

O número de trabalhadores de trabalhadores informais no Brasil representou em 2017, 40 % da população ocupada, em torno de 37,3 milhões de brasileiros. Ainda de acordo com IBGE, em 2018, o emprego informal superou pela primeira vez na história o emprego formal, com 34,31 de trabalhadores na informalidade e 33,32 milhões de postos formais ocupados. Assim, diante da crise econômica e sobretudo política no país, a configuração do mercado brasileiro vem mudando drasticamente, fechando postos de carteira assinada e jogando esses indivíduos para via da informalidade.

A informalidade, então passou a ser um caminho de contraposição ao desemprego, conseguindo de certo modo, garantir a ocupação de parte da população. Essa ausência de emprego sem garantia somada com questões variáveis como raça, gênero e capacitação profissional e escolar, vem acentuando a precarização dos postos de trabalho. Definindo um cenário pessimista no país, afetando diretamente a qualidade de vida, segurança, renda e estabilidade social.

Configurando assim a informalidade como uma via de regra para muitos indivíduos, principalmente, em um contexto de flexibilização das leis trabalhistas no país. Dentro do setor informal, pode-se definir algumas categorias da informalidade, trabalhador por contra própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), patrão sem CNPJ, c) servidor público sem registro, d) domésticos sem registros, e) empregados sem registros.

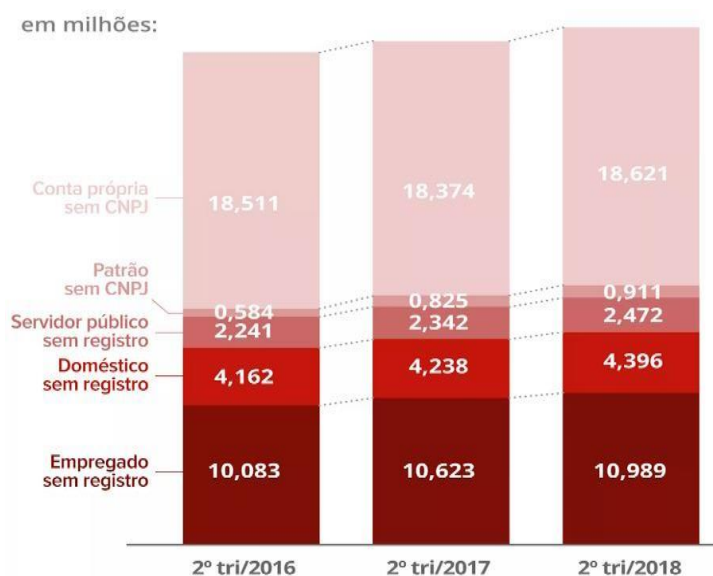
A maior parte dos trabalhadores informais são os que praticam atividade sem registro e por contra própria sem CNPJ, nesta categoria, por exemplo, que se encaixam os trabalhadores ambulantes, seja ele na modalidade autônomo, empregador ou empregado. Constituindo uma realidade difícil para milhões de brasileiros como expresso abaixo:

¹⁷ Pesquisa acessa em:

<http://m.leijaja.com/noticias/2018/04/09/sem-empregopernambucanos-recorrem-ao-comercioinformal/>

¹⁸ Acessado em: <https://www.folhape.com.br/economia/economia/empregos/2019/03/20/NWS,99460,10,453,ECONOMIA,2373-TRABALHO-INFORMAL-PUXOU-AUMENTO-TAXA-OCUPACAO.>

GRÁFICO II - O trabalho informal: número de pessoas na informalidade



Fonte: PNAD Contínua/ 2 semestre ¹⁹, disponível em: G1

Com o aumento de trabalhadores na informalidade e a perspectiva da renda em queda, agrava a situação inclusive entre os próprios trabalhadores de rua, que passa a lidar com o aumento da concorrência e ampliação da oferta de produtos e serviços. A reforma trabalhista que era adotado por alguns como uma solução para a retomada do crescimento no mais, vem mostrando-se ineficientes sem nenhuma positividade para o trabalho e emprego.

Uma outra questão apontada pela mesma pesquisa é que com a inserção na informalidade desses indivíduos, o rendimento médio do trabalhador é 40% menor do que o rendimento do trabalhador com carteira assinada. Tal questão acaba reverberando na renda familiar total, aumentando o nível de vulnerabilidade social desses indivíduos.

GRÁFICO III - Renda média do trabalhador

Rendimento real do empregado com e sem carteira assinada, em R\$

¹⁹ Números da informalidade no Brasil, dividido em cinco categorias do setor informal. Visto em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/desemprego-cai-mas-aumento-do-trabalho-informal-dificulta-retomada-da-economia.ghtml>



Fonte: PNAD Contínua, disponível em: G1

Evidentemente, apesar da redução de rendimento real, a informalidade é uma via mais satisfatória que o desemprego. Na região Metropolitana do Recife (RMR), para além dos dados brutos quantitativos, pode-se observar que o aumento expressivo na informalidade reverbera na dinâmica do comércio urbano na região, acentuando os conflitos em busca de espaço para a reprodutibilidade das atividades econômicas. Aumentando diretamente às condições de pobreza e fome que volta a aparecer após anos em redução, ampliando também a quantidade de moradores de ruas por toda a região metropolitana do Recife.

Em vista disso, no recorte do comércio nas proximidades do Shopping boa vista, pretende-se primeiramente, delimitar os espaços, caracterizar o perfil dos trabalhadores ambulantes, e em seguida falar sobre as relações de trabalho, a origem dos produtos e o papel dos intermediários. Consequente, ilustrar a atuação e relação do sindicato com os trabalhadores naquele espaço.

3.2 O espaço e a reprodução social do trabalho

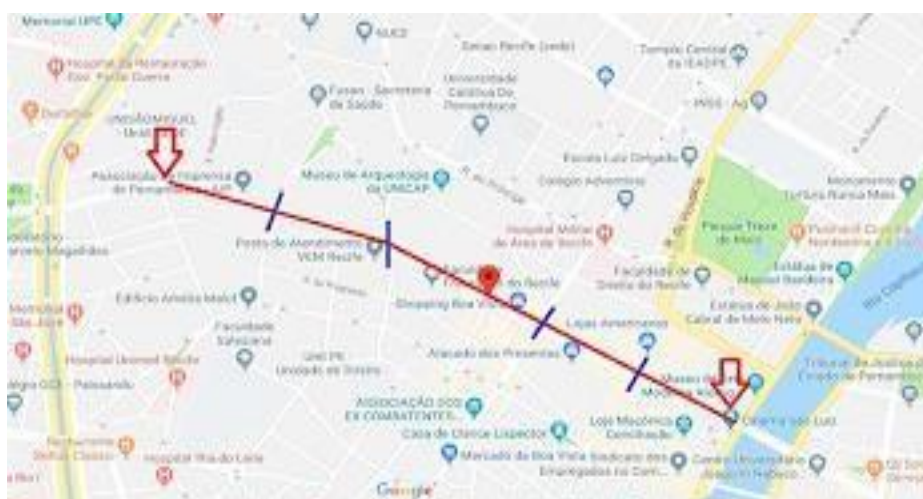
Tendo o território como uma condição primordial para a reprodutibilidade do trabalho, e tratando-se da atividade ambulante, que é caracterizada por não possuir um espaço físico permanente, a luta por um espaço digno para o sustento é uma questão crucial (SANTOS,1982). É oportuno então tratar temática do espaço e território como elemento chave para a atividade informal.

O espaço de comercialização ambulante é a priori um espaço em disputa, na medida que, tais lugares ocupados, sejam ruas, avenidas, transportes públicos ou praças, são locais públicos que em geral tem grande fluxo e movimentação de pessoas. Por ser um espaço público, passa a ser um território de constante conflito entre o poder público e os trabalhadores ambulantes, onde o primeiro utiliza-se constantemente de aparatos repressivos para com os trabalhadores.

Na situação dos trabalhadores que realizam suas atividades nas proximidades do Shopping Boa Vista não é diferente por se tratar de um local de intenso movimento de pessoas e está localizado ao lado de um grande empreendimento privado, torna-se um território de interesse por muitas partes. Por parte do empreendimento privado, que não enxerga com bons olhos um intenso comércio a sua volta, excluindo e criminalizando essas atividades.

Por parte do poder público, por avaliar que a instalação da atividade comercial informal na referida área vem dificultando o traslado de pedestres nas calçadas devido às ocupações irregulares dos ambulantes, prejudicando o fluxo de pedestres e automóveis na região. E também a parte dos ambulantes, que ver esse território como um bom espaço de comercialização devido sua localização estratégica e fluxo constante como exposto (FIGURA V).

FIGURA V - Mapa da Av. Conde da Boa Vista



Fonte: Google Maps, av. Conde da Boa Vista

A av. Conde da Boa Vista é uma das principais avenidas que cortam o centro da Cidade do Recife, fazendo a ligação da av. Gov. Agamenon Magalhães

com a Av. Guararapes, eixos centrais com grande fluxo na cidade. Observando o mapa abaixo (Figura VI), é possível observar a densidade da distribuição de trabalhadores informais ao longo da Conde da Boa Vista, tendo a maior concentração de ambulantes, os pontos próximos ao Shopping da região.

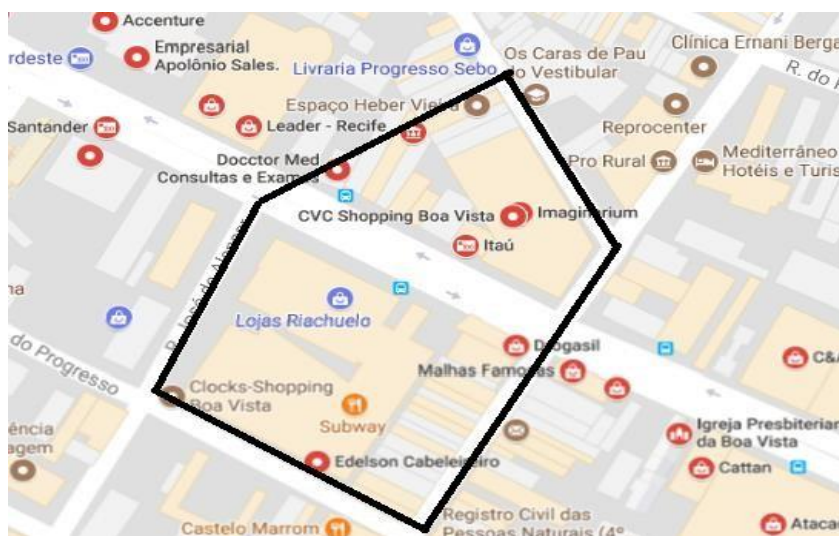
FIGURA VI - Mapa de densidade de comerciantes populares Na Av. Conde da Boa Vista.



Fonte: Coletivo Arquitetura E Sociedade - CAUS

Diante da delimitação e representação cartográfica da área da pesquisa empírica, a presente investigação delimitou o campo de acordo com a proximidade do Shopping Boa Vista, como demonstrado no mapa abaixo (Figura VII).

FIGURA VII - Mapa de delimitação do campo



Fonte: Google Maps, 2019. Mapa do recorte de campo da Conde da Boa Vista

Atualmente, há uma discussão pública em torno da urbanização e processo de ocupação de espaço público no Recife. Em vista disso, vem sendo implementado um projeto na av. Conde da Boa vista, com obras de requalificação das vias, acessibilidade e reordenamento do transporte de passageiro, realizado pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMURB). Essa proposta prevê reduzir drasticamente o número de ambulantes no território e realoca-los em fiteiros e shoppings populares ao longo da região. Proposta essa repudiada pelo Sintraci, sindicato da categoria, e pelos próprios ambulantes. Indicando um novo capítulo de conflitos que está longe de terminar, como será evidenciado posteriormente.

A delimitação foi realizada levando em consideração três fatores: A concentração de trabalhadores, o fluxo de pedestres e consumidores e a viabilidade de aplicação da pesquisa. Além de se tratar de um espaço particularmente conhecido, uma vez que o acesso ao mesmo foi facilitado por ser um espaço presente em meu cotidiano.

O espaço é marcado por uma ocupação quase por completa das calçadas no entorno do Shopping e de lojas presentes na região. Dificultando em alguns momentos a passagem de pedestres em meio às instalações do comércio informal. O espaço das calçadas é tomado pelo comércio, se tornando um local tumultuado devido a concentração de trabalhadores ambulantes naquele espaço.

FIGURA VIII - Imagens do comércio ambulante na Conde da Boa Vista



Fonte: Amorim (2019), registro do autor.

O som do comércio se mistura ao ritmo frenético e agitado do espaço urbano, que nos horários de picos intensificam às movimentações ao mesmo tempo que aumentam o número de comercialização de mercadorias e serviços. O espaço é característico por vender materiais eletrônicos, alimentos industrializados e oferecer serviços com baixo custo comparado ao comércio local.

O primeiro contato com os trabalhadores ambulantes e juntamente com esses colaboradores ocorreu na assembleia de reativação do SINTRACI, realizado no sindicato dos bancários, que contou com a presença de centenas de trabalhadores ambulantes, em especial, os trabalhadores da Conde da Boa Vista e do interior do Estado. Estiveram presentes lideranças políticas como a co-deputada eleita, Jô Cavalcante, do Juntas (PSOL), Ivan Moraes (PSOL), o presidente estadual da CUT, Paulo Rocha e o presidente eleito do SINTRACI, Edvaldo Gomes.

Esse momento foi muito importante para a realização da pesquisa que objetivou fazer contatos com ambulantes, lideranças políticas e sindicais que pudessem facilitar o acesso a pesquisas, dados e a pessoas que ajudassem de alguma forma com a realização da pesquisa. Dentre essas pessoas, o vereador e a co-deputada, o presidente do SINTRACI, e a Representante da associação dos Barraqueiros, Luciana e Maria Helena. E a partir desse momento, foi realizado os contatos com o referido campo.

FIGURA IX- Imagens dos representantes políticos e sindicatos



Fonte: Amorim (2019), registro do autor

O primeiro momento do campo de pesquisa teve o objetivo de mapear e definir geograficamente o território de análise. Posteriormente, o contato entre pesquisador- interlocutor, através de conversas informais com os comerciantes ambulantes, no intuito de emergir no campo empírico.

O terceiro momento foi procurar o Sintraci, sindicato dos trabalhadores/as informais, para que de algum modo pudesse colaborar com a pesquisa, e a partir desses encaminhamentos, foi possível elaborar o roteiro da entrevista **(APÊNDICE III)**, definindo em 10 aplicações de entrevistas com trabalhadores/as informais, levantando três pontos principais: Perfis, trajetórias e estratégias de reprodução do trabalho.

No momento inicial, foi analisando o espaço através da observação simples, e após a descrição do mesmo, foi também abordado questões sobre a nova reforma da Conde da Boa Vista, e sobre o que eles consideram em relação ao espaço, sistematizado da seguinte maneira:

Quadro I - Espaço de Comercialização da atividade ambulante

N	Concorda com o novo projeto da CBV	Você aceitaria sair da Conde da Boa Vista?	O que você acha de comercializar na Conde da Boa Vista?
1	NÃO	Não	[...] É um bom ponto, área central, então sempre há muito movimento. [...]
2	NÃO	Depende, só se garantisse um novo espaço.	[...] Eu gosto, já estou aqui há uns 5 anos trabalhando e consigo me sustentar com o que tiro aqui. [...]
3	NÃO	Não, em hipótese alguma quero sair daqui.	[...] Aqui tem um bom movimento, apesar de ser muito tumultuado no horário da tarde e início da noite, mas consigo vender bem. [...]
4	NÃO	Não	[...] Eu gosto daqui, mas quero ver se consigo arrumar logo um emprego de carteira assinada, porque é mais garantido, sabe? então vou me virando. [...]
5	NÃO	Não, sou totalmente contra nos tirarem daqui.	[...] É um lugar movimentado, central, por isso resolvi vir tentar algo aqui mesmo. Sempre vi muitas pessoas trabalhando por aqui, até que conseguir arrumar um espacinho. [...]
6	NÃO	Não, nem quero, eu gosto daqui.	[...] Eu acho um bom lugar, consigo vender e me manter, como não tenho muitas despesas, dá para se virar. [...]
7	NÃO	Se fosse para um lugar bom, até iria, mas acho difícil ser.	[...] Está sendo bom, melhor do que está desempregada. Tinha colocado currículo em vários cantos, não fui chamada até agora, então resolvi vender água nos ônibus depois vim para cá. Não é um

			trabalho ruim não, apesar de muitos me julgar pensando que sou pior que eles[...].
8	NÃO	Não, aqui é um ótimo lugar, difícil encontrar outro.	[...] Acho que é o melhor lugar, porque o movimento é grande, e muitas pessoas vem ao shopping. [...].
9	NÃO	Acho injusto o que querem fazer com os trabalhadores aqui, temos que ser respeitados, estamos aqui trabalhando, não temos opção não.	[...] Eu gosto de trabalhar aqui, olha a idade que tenho 48 anos, ninguém quer empregar não. Fica tudo mais difícil, e aquele infeliz do presidente Bolsonaro só ferra com os pobres, está difícil meu filho, está difícil para todos. Minha mulher tem que fazer faxina para poder me ajudar, às vezes ela até vem aqui me ajudar quando o movimento é grande[...].
10	Não	Não concordo	[...] jamais aceitaria sair daqui.

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Assim, pode-se afirmar que é unanimidade entre os trabalhadores da região o repúdio ao projeto de reorganização da avenida que visa modificar a organização do trabalho ambulante. A retirada de seu ambiente de comercialização é vista como um disparate do poder público que pouco anda fazendo por esses indivíduos, como expresso em seus discursos. Por ser um espaço central e de grande interesse público e também privado, por trás da reorganização há uma política de gentrificação, que visa remover esses indivíduos para ambientes distantes. Como outrora fizeram com a criação do camelódromo na av. Dantas Barreto.

Mas para além do espaço, interessa a pesquisa conhecer o perfil, trajetórias e estratégias de reprodução, como veremos de forma detalhada na seção seguinte. Visibilizando a perspectiva dos trabalhadores de ruas itinerante e às adversidades do circuito inferior. Evidenciando, o comércio de mercadorias, o papel dos “intermediários” como elemento importante para a reprodutibilidade do trabalho, servindo o elo do circuito superior e circuito inferior; versando sobre a origem e destinação dos produtos.

3.3 Os trabalhadores /as ambulantes: perfil, trajetórias e estratégias de reprodução

Uma recente pesquisa realizada nas imediações da Conde da Boa vista, registrou que existem em torno de 324 ambulantes trabalham ao longo da avenida, tendo às proximidades do Shopping Boa Vista o ponto de maior concentração do

comércio informal²⁰. A inserção no campo foi mediada com diálogos entre algumas pessoas que facilitaram o contato com os ambulantes, entre elas, o presidente do Sintraci, Edvaldo Gomes e Maria Helena, representante da associação de Barraqueiros na UFRPE.

As entrevistas foram realizadas no ato das atividades de ambos comerciantes, dificultando um pouco a fluidez da entrevista mediante a transição de pessoas e também de alguns clientes. Contudo, mediante o fator tempo e a disponibilidade desses indivíduos, era o único momento disponível para ser realizado as entrevistas. Todavia, apesar disso, estrategicamente, escolhi um momento de menor movimento e um horário mais acessível para que fosse possível realizar a entrevista e apesar das adversidades do espaço, foi possível realizar de forma satisfatória.

No que tange aos benefícios indiretos, a pesquisa ajuda a compreender essas relações de conflitos, o corpo do trabalho evidência e denuncia a instabilidade e o estado precário que se encontram os trabalhadores informais. Ademais, ajuda também a dá visibilidade a esses sujeitos, muitas vezes cerceados e suprimidos. Os benefícios diretos seria a possibilidade de ampliar o debate político a partir das análises constituída e levar a temática a discussão retomando a importância da problemática, e com isso promovendo ações e políticas públicas para atender as reivindicações e demandas desses sujeitos.

Desde a etapa inicial do projeto, que abrange a pergunta de partida, a definição do sujeito e do campo, uma prévia revisão bibliográfica, e uma introdução ao campo; tive como uma das principais preocupações as implicações do trabalho a ser realizado na vida dos sujeitos. Os danos de um trabalho que envolve atores em situação de marginalização trabalhista são de tamanha criticidade, uma vez que esses indivíduos são alvos fáceis de repressões sociais e políticas.

Sendo assim, certas medidas foram adotadas para preservar e resguardar a identidade dos sujeitos entrevistados. Visto que, por considerar que essa categoria de trabalhadores são pessoas engajadas em constante enfrentamento com o poder público, sofrendo apreensão de mercadoria, repreensão e truculência

²⁰ Trabalho é um direito: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalhos das/os trabalhadoras/es do comércio informal da av. Conde da Boa Vista na Cidade do Recife, disponível em: <https://marcozero.org/pesquisa-revela-perfil-socioeconomico-de-ambulantes-da-av-conde-da-boa-vista/#prettyPhoto>

por parte dos agentes policiais; a perda do ponto onde exerce sua atividade de sustento; dentre outros danos diretos. Ademais, no que tange a um possível dano indireto, trataria da exposição da imagem do indivíduo, os riscos que proveniente disso.

Pensando nesses aspectos éticos, nas entrevistas concedidas entramos em um acordo que no trabalho seria utilizado o anonimato, visto que, tratava de indivíduos que estava diariamente nesse mesmo ambiente e depende dessa atividade para seu sustento, então qualquer exposição poderia implicar em graves sanções restritivas a eles. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho, pois mediante o fator tempo e a indisponibilidade desses indivíduos, tivemos que realizar no respectivo local.

A todos colaboradores da pesquisa foi explicado detalhadamente a ideia da pesquisa e suas finalidades, realizando uma pequena apresentação introdutória, pontuando os conceitos-chaves e suas implicações. Após esse procedimento, iniciamos uma conversa sobre a possibilidade de conceder a entrevista para a pesquisa, respeitando todos os procedimentos exigidos. De todos os abordados, quatro indivíduos estavam indisponível ou não manifestaram interesses de participar; os demais, aceitaram e declararam por livre e espontânea vontade, respeitando sua autonomia, de forma escrita e estas registradas e armazenadas.

Para garantir a autonomia do sujeito foram realizadas entrevistas de maneira espontânea e discreta, apesar de ter sido uma entrevista semiestruturada, conseguimos contemplar o roteiro e ao mesmo tempo entrar em assuntos pertinente ao trabalho, mesmo não sendo tomado como algo central. O fator descrição foi um ponto chave, apesar de alguns se mostrarem desinibidos enquanto a exposição, por princípios éticos, concordamos em manter discrição.

Visando uma dimensão de gênero, foi selecionado 5 (cinco) homens e 5 (cinco) mulheres que aceitaram participar da pesquisa, com idades entre 21 a 48, dos dez entrevistados, 3 (três) são casados(as), 4 (quatro) solteiros(as), 2 (dois) separados(as) e 1 (um) um viúvo(a).

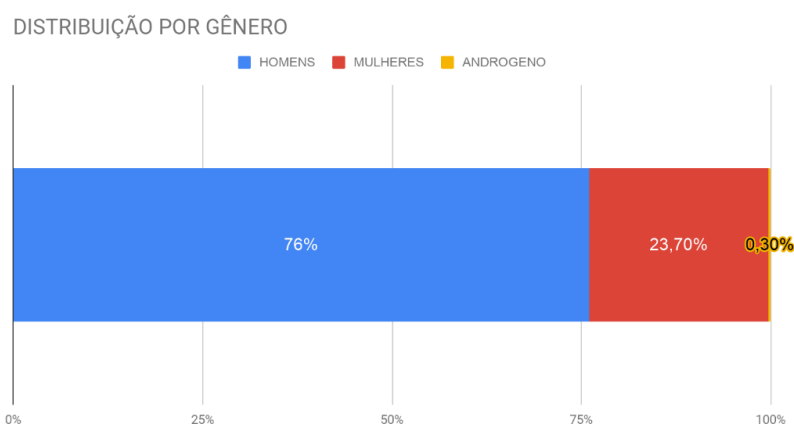
Quadro II - Perfil dos entrevistados

N	identidade de gênero	Idade	Estado Civil	Cor/ etnia	nível de Escolaridade
1	Mulher	35	Casada	Parda	Médio incompleto
2	Mulher	47	Casada	Negra	Médio Completo
3	Homem	42	Separado	Branco	Médio completo
4	Homem	25	Solteiro	Negro	Fund. Completo
5	Homem	37	Separado	Negro	Médio Completo
6	Mulher	44	Viúva	Branca	Fund. incompleto
7	Mulher	21	Solteira	Parda	Médio completo
8	Mulher	33	Solteira	Morena	Médio completo
9	Homem	48	Casado	Negro	Médio incompleto
10	Homem	39	Solteiro	Negro	Médio incompleto

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Na tentativa da pesquisa de incluir uma equidade de gênero, o número de pessoas participantes no estudo representa o mesmo número 5 (cinco). Contudo é importante evidenciar que essa igualdade não se reflete no campo, uma vez que o número de trabalhadores do sexo masculino representa mais que o dobro do feminino, como expressa esses dados abaixo:

Gráfico IV - Distribuição dos trabalhadores/as informais na Conde da Boa Vista por gênero



Fonte: Trabalho é um direito: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalhos das/os trabalhadoras/es do comércio informal da av. Conde da Boa Vista na Cidade do Recife. Acessado em: https://issuu.com/marcozeroconteudo/docs/relato_rio_pesquisa_ambulantes, 28.05.2019

Essa predominância masculina na atividade é explicada diante da divisão sexual do trabalho, uma vez que às mulheres em sua maioria, acabam ocupando os espaços informais ligado ao cuidado doméstico, e o homem ao trabalho de rua, ditos “pesados”. Essa narrativa é comumente evidenciada no território e no discurso desses indivíduos, como expressa nas falas de algumas mulheres entrevistadas:

[...] Eu gosto de trabalhar aqui, é onde eu retiro meu sustento familiar. Claro que há dificuldades, mas hoje em dia em todo canto tem. Se você perceber, sou uma das poucas mulheres aqui, e eu percebo que muitos me olham diferente, por que eu trabalho mesmo, grito bem alto e chamo meus clientes, porque se você não fizer isso, você acaba vendendo nada. (ENTREVISTADA 7).

[...] Eu tenho orgulho de meu trabalho, eu não baixe a cabeça não, sou melhor que muitos homens que ficam em casa. E eu vou ficar lamentando? eu tenho 2 filhos para alimentar, eles não vão morrer de fome. estou aqui faça chuva ou faça sol, e não tenho medo de pegar no pesado. (ENTREVISTADA 2).

A narrativa dessas mulheres evidencia que o fato de ser do sexo feminino não representa uma fragilidade, desconstruindo assim o discurso machista que permeia o ambiente de trabalho. Os papéis atribuídos às mulheres, era restrito à vida domésticas e aos familiares, desse modo contribuiu que a domesticidade feminina fosse enxergada como um traço natural e distintivo, a natureza seria a base do sustentáculo para essa hierarquização de sexos (FRAZER, 2001). Sendo assim:

Subjugada de sua sexualidade, a mulher tornou-se o que tem sido, uma agente reprodutora. Em torno ao trabalho reprodutivo, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, em volta ao trabalho doméstico, ela realizava a identidade que lhe foi imposta (PENA, M.V.J - 1981, p.14)

Desse modo, esses discursos presentes na entrevista, corrobora no combate da ideia da mulher como uma agente reprodutora com restrição a vida doméstica, pois elas vêm ocupando espaço que anteriormente eram apenas ocupados por homens. A atividade ambulante, apesar de ter uma inserção de livre iniciativa, ela também evidencia questões de gênero, pois antes de ser um fator econômico, é um fator social e cultural, que restringia o espaço para mulheres.

Sobre a autoafirmação étnica, a maioria se declarou negros(as), cerca de

5 (cinco) pessoas, 2 (dois) pardo(a), 2 (dois) Branco (a) e 1 (um) moreno. E o fator raça também esteve presente nas entrevistas, sendo colocado como um elemento para a exclusão dos trabalhadores (as) no mercado formal.

[...] Rapaz, eu prefiro ficar trabalhando aqui mesmo, cansei de bater na porta das empresas e não passar no processo seletivo. Eu não tenho uma boa formação e ainda por cima tenho um cabelo afro, que para mim é motivo de orgulho, porque é quem eu sou, mas muitos não gostam, me olhavam de modo estranho [...] não quero ter que passar isso de novo, prefiro ficar aqui, tentei trabalhar por muito tempo como pedreiro, mas era pior que isso. (ENTREVISTADO 10).

A informalidade, desde sua constituição histórica, como visto abrange boa parte da população negra e periférica, e na Conde da Boa Vista não se mostrou diferente, alguns inclusive, são imigrantes de países africanos que optaram por entrar no comércio de rua do que procurar um emprego informal. Pois além da questão étnica, existe o atenuante da xenofobia.

Dentre os entrevistados(as), a variação do nível de escolaridade foi de 6 (seis) com ensino médio completo, 2 (dois) com ensino médio incompleto e 1 (um) com o fundamental completo e 1 (um) com fundamental incompleto. A questão da baixa escolaridade é um fator comum a esses indivíduos, que por muitas vezes impossibilitam os mesmo a conseguir cargos assalariados bem remunerados.

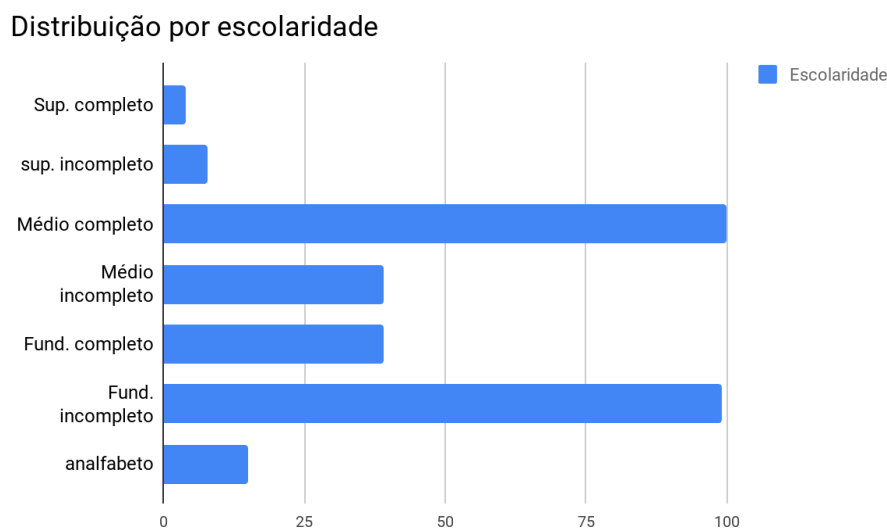
A baixa escolaridade se expressa de diversas formas, principalmente, quando analisamos a perspectiva a ausência de um rico capital cultural que promove desde o berço, uma desigualdade muitas vezes não tão perceptível. Muitos desses indivíduos tiveram que interromper os estudos devido a condição familiar, e iniciar em trabalhos informais ainda jovens. Apesar da proibição do trabalho infantil, às vezes a realidade passa a gritar mais alto do que o mundo ideal, como transcrito:

[...] Eu trabalhei desde cedo, então tive que abandonar os estudos para ajudar meu pai, então trabalhava ajudando-o nos serviços, depois consegui um bico de porteiro, até que eles pudessem assinar minha carteira. (ENTREVISTADO 10).

Apesar da escolaridade ser um fator excludente, ele não é a única motivação do não acesso ao mercado formal para quem o deseja, pois segundo a pesquisa de análise de perfil realizada no território, ilustra que existem trabalhadores (as) analfabetos, até pessoas com o ensino superior completo, e

até mesmo os mais escolarizados encontram dificuldade no mercado formal.

Gráfico V- Distribuição dos trabalhadores/as por escolaridade



Fonte: Trabalho é um direito: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalhos das/os trabalhadoras/es do comércio informal da av. Conde da Boa Vista na Cidade do Recife.
Acessado em: https://issuu.com/marcozeroconteudo/docs/relato_rio_pesquisa_ambulantes, 28.05.2019

A dificuldade é tamanha que nem pessoas ditas aptas para cargos em sua formação andam conseguindo vagas de emprego. Reflexo direto da dificuldade econômica que muitos indivíduos vêm enfrentando. No mais, definido algumas características dos perfis dos entrevistados (as), a pesquisa analisou a característica socioeconômica e familiar, como expressa no quadro a seguir.

Quadro III - Características Socioeconômica/familiar

N	Cidade de Origem	cidade/ bairro	residência própria	Filhos	Renda única	Renda Familiar
1	Vitória/PE	Recife/ Coque	SIM	SIM	NÃO	não informado
2	Recife/PE	Recife/ Boa Vista	NÃO	SIM	NÃO	1 salário mínimo
3	Itapissuma/PE	Paulista/Janga	NÃO	NÃO	SIM	1 a 2 salários mínimos
4	João Pessoa/PB	Recife/Joana Bezerra	SIM	SIM	SIM	1 a 2 salários mínimos
5	Olinda/PE	Olinda/ Rio	NÃO	NÃO	SIM	1 salário

		Doce				mínimo
6	Recife/PE	Recife/ Coqueiral	SIM	SIM	SIM	não informado
7	Recife/PE	Recife/ Coelhos	NÃO	SIM	NÃO	não informado
8	Recife/PE	Recife/ Coelhos	SIM	NÃO	SIM	1 salário mínimo
9	Recife/PE	Recife/ Coque	SIM	SIM	NÃO	1 a 2 salários mínimos
10	Recife/PE	Recife/ Afogados	Não	SIM	SIM	não informado

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Com isso, identificou-se que grande parte dos entrevistados(as) são do Recife ou da RMR advindo das cidades circunvizinhas. Sobre a questão de moradia, 5 (cinco) pessoas afirmaram ter residência própria e 5 (cinco) afirmaram morar de aluguel. E em suas falas pode-se colocar que dessas 5 (cinco) que possuem residência própria, 2 (duas) residiam em um conjunto habitacional do programa federal Minha Casa e Minha Vida, e às outras 3 (três) pessoas, em casa própria em comunidades. 7 (sete) afirmaram ter filhos, e às outras (três) não. Dentre às pessoas entrevistadas só 2 (duas) afirmam morar só, e os que afirmaram morar com mais pessoas ficou entre 3 (três) a 6 (seis) membros familiares residindo juntos.

Sobre a renda familiar, (cinco) afirmaram ter uma renda única advindo do trabalho no comércio ambulante e às outras 5 (cinco) pessoas afirmaram ter mais de uma renda ou um complemento da renda, provenientes de programas assistencialistas, como por exemplo, o Bolsa Família. Sobre essa temática, foi falado:

[...] trabalha eu e meu marido, ele tem uma barraca de cachorro quente próximo ao mercado São José, e eu comercializo aqui. Ele também não tem carteira assinada, mas comigo e ele conseguimos tirar o dinheiro para as contas e a feira do mês. (ENTREVISTADA 2).

[...] Eu trabalho aqui e também recebo bolsa família, juntando os dois dá para se virar. Ao menos eu tenho algo garantido no fim do mês, sabe? o movimento aqui varia, às vezes é bom, outros dias não, por isso acho importante o Bolsa família. (ENTREVISTADA 7).

A questão assistencialista de programas sociais aparece em algumas falas,

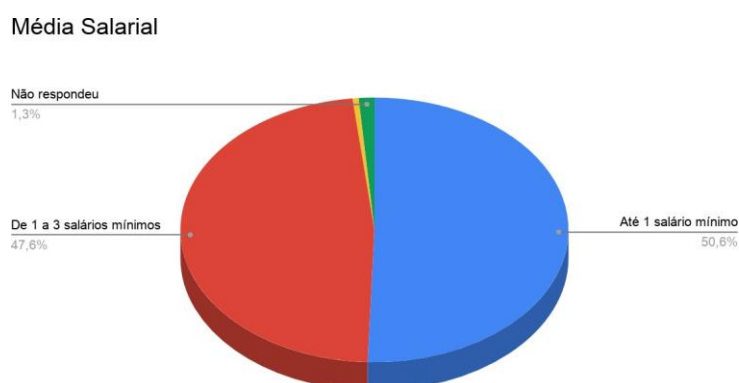
servindo como uma fonte de complemento de renda para as famílias, principalmente às mais vulneráveis. Alguns discursos até marcado pela emoção, quando se tocou nesse assunto tão delicado, uns, como a entrevistada 6, chega a mencionar o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando:

[...] O Bolsa Família me ajuda muito, e olhe que tem muita gente mal agradecida que só faz falar [...]. Eu não, agradeço a ajuda que tenho, sou grata ao Meu Presidente Lula, ele sim olhou por nós. Esse novo governo não pensa em pobre, cadê os empregos? só fizeram enganar o povo, e prender Lula, o melhor presidente [...] falo isso com maior orgulho. Quando ele veio para Recife estava lá, peguei na mão dele, todos estavam se apertando para pegar, foi muito lindo de ver (ENTREVISTADA 6).

O discurso afetivo realizado pela entrevistada evidencia uma relação emocional em torno do programa e o que ele vem proporcionando em sua vida, ela atribui ao ex-presidente Lula, a qualidade de pai dos pobres, em referência a gestão social e assistencialista adotada em seu governo. Criticando às atuais políticas do governo eleito por ela considerar que nada vem sendo realizado para mudar a realidade do emprego e renda no país.

Sobre a renda, os entrevistados informaram que varia entre 1 a 2 salários mínimos e variam de acordo com o movimento. 4 (quatro) pessoas falaram que não sabiam ou não queriam informar. De acordo com um recente levantamento na região, o comércio informal na Conde da Boa Vista movimentava em torno de 4,5 milhões por ano, com uma média salarial que varia de 1 até 3 salários mínimos como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico VI - Média salarial dos trabalhadores ambulantes na Boa Vista



Fonte: Trabalho é um direito: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalhos das/os trabalhadoras/es do comércio informal da av. Conde da Boa Vista na Cidade do Recife.

Acessado em: https://issuu.com/marcozeroconteudo/docs/relato_rio_pesquisa_ambulantes, 28.05.2019

Apesar de muitos garantir o salário mínimo, às condições dessas atividades são precárias e não há uma garantia efetiva do apurado mensal. Pois ao contrário do circuito superior, qualquer impacto econômico ou pessoal é sentido diretamente no bolso sem qualquer amparo social. A Aplicação de medidas com o MEI, que deveria democratizar o acesso às seguridades e previdência social ainda se configura como uma realidade distante da maioria desses trabalhadores (as). E enquanto que não se estabelece novas soluções, suas trajetórias vem sendo invisibilizada por fatores que ultrapassa a força de vontade e determinação do indivíduo. Em vista disso, o próximo pronto visa ilustrar essas trajetórias de vidas que muitas vezes são desconhecidas e menosprezadas pelo corpo social e academia.

3.3.1 Trajetórias de vidas ambulantes

A trajetória de vida desses trabalhadores ambulante, aqui definido como ralé brasileira, é constituída por um passado excludente e um presente incerto. Entender esses caminhos percorridos por essa parcela da população nos ajuda a compreender como se estrutura o processo de exclusão e marginalização social, presente em suas vozes e em seus corpos (GUIMARÃES,2004).

O objetivo desse ponto foi entender a rotina desses indivíduos, abrangendo pontos positivos e negativos do comércio ambulante, o motivo que levou essas pessoas a se inserir na atividade e às resistências e enfrentamentos cotidiano. Às trajetórias dos entrevistados apresentam características comum: o trabalho se apresentou como um dever desde cedo em suas vidas, diante das baixas qualificações escolar e profissional, seus caminhos profissionais são marcados por empregos em condições precárias, geralmente vinculados a empresas terceirizada no setor de serviços.

Em vista disso, como uma maneira de sistematizar alguns pontos-chave, foi categorizado sistematizado um quadro de características desses respectivos trabalhadores, apontando questões como sua inicialização no mundo do trabalho, suas pretensões e seu percurso profissional.

Quadro IV - Trajetórias dos trabalhadores Ambulantes

N	Trajetória profissional	Com quantos anos começou a trabalhar	Último trabalho que você já realizou?	Já trabalho de carteira assinada?	Pretensão de entrar no mercado formal
1	Trabalhei desde nova, ajudava meu marido em uma barraca de lanche, depois nos mudamos e passei a vir trabalhar aqui.	21 anos	Ajudante no comércio	NÃO	SIM
2	Já trabalhei como recepcionista por 6 anos, engravidei e tive que sair do trabalho para cuidar de meus filhos, e desde então não trabalhei mais. Mas com a dificuldade, sabe? eu vim ajudar meu marido.	23 anos	Recepcionista	SIM	NÃO
3	Trabalhei como atendente, mas não foi uma boa experiência e desde lá conseguia nada, então resolvi trabalhar como ambulante.	18 anos	Telemarketing	SIM	NÃO
4	Rapaz, nunca tive estudos, então sempre vivi de bico, deixei minha mulher que não estava dando certo, depois de um tempo trabalhei vendendo água e depois comprei essa carroça de cachorro quente.	15 anos	autônomo	SIM	NÃO
5	Sempre fui autônoma, sempre gostei de fazer meus horários sem ninguém me arretando, dizendo o que tenho que fazer	20 anos	Autônomo	SIM	SIM
6	Sempre fui dona de casa, então quando perdi meu marido tive que me virar para conseguir dinheiro.	22 anos	Dona de casa	SIM	NÃO
7	Já trabalhei como vendedora em uma loja de roupa aqui no centro, mas aí fui demitida, procurei emprego por 1 ano e conseguir nada, aí um conhecido meu me chamou para trabalhar aqui na boa vista, então resolvi tentar e estou aqui até o momento.	17 anos	vendedora	SIM	SIM
8	Sempre me virei, fiz uns trabalhos, ajudava minha tia a vender comida na praia, depois disso vim para cá, achei melhor.	20 anos	autônoma	NÃO	SIM
9	Já fui porteiro, era um bom	16	Porteiro	SIM	NÃO

	trabalho, mas aí em demitiram no final de 2016, e aí desde então me virei nos bicos, vim para cá faz uns 3 anos, e gostei, então estou aqui até agora.	anos			
10	Trabalhei como pedreiro por muito tempo, mas é um trabalho pesado, a idade foi chegando então decidi vir parar	17 anos	Pedreiro	SIM	NÃO

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

A rotina dos trabalhadores itinerantes é representada por um trabalho insalubre e laborioso, na medida que, suas condições financeiras não permitem investir em uma boa infraestrutura para comercializar. O diferencial do trabalhador ambulante da Conde da Boa vista é que é uma categoria que mesmo não tendo um ponto próprio regularizado, eles ficam fixos em um local demarcado pela organização dos próprios ambulantes.

Como ilustrado, muitos desses indivíduos iniciaram na atividade de trabalho ainda menor de idade, descumprindo a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que versa sobre o combate ao trabalho infantil, instituindo que é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Algumas falas retrata um pouco sobre a temática:

[...] Eu trabalho desde meus 15 anos foi minha realidade que me fez abandonar os estudos e ter que trabalhar, ou era isso ou passar fome e ninguém nunca chegou para mim dá pelo menos um prato de comida ou perguntar se estava tudo certo sempre tive que me virar e dar meus pulos. (ENTREVISTADO 5).

[...] A vida é difícil, eu tenho filhos, e hoje eu só penso no que eu posso oferecer a eles, eu sempre digo que eles tem que estudar para conseguir sempre uma vida melhor [...] Na época que eu era que nem eles, a vida era mais difícil e nem tinha oportunidade para estudar ou brincar direto e eu quero que eles tenham tudo isso (ENTREVISTADO 5).

O retrato da vida dessas pessoas que tiveram que muitas vezes abandonar o estudo para trabalhar não está tão distante da atual configuração. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), afirma que entre o ano de 2013/2014, 10,8% dos jovens abandonaram a escola, no Estado Pernambucano o número chega a 11% de evasão escolar. Uma das principais questões pelo abandono escolar então

a falta de interesse e a necessidade de prover trabalho e renda²¹.

A educação é também um ponto fundamental no que tange a dificuldade de empregabilidade assalariada, apesar disso, dos entrevistados(as) que participaram da pesquisa, 8 (oito) afirmaram já ter trabalhado de carteira assinada, enquanto 2 (dois) afirmaram de não ter tido a carteira assinada. E um dos motivos mencionado predominantemente está a questão educacional além da falta de vagas no mercado de trabalho.

Ilustrando assim uma questão colocada anteriormente no trabalho por Jessé de Souza, partindo de uma leitura de Pierre Bourdieu, onde afirma que o capital cultural desses indivíduos ou a ausência de uma família estruturada, faz com que esses indivíduos, desde o berço, já estejam marcados por uma desigualdade social sistêmica. Assim, a realidade apresenta uma vida difícil que muitas vezes forçam esses indivíduos a trabalhar cedo e aceitar condições precárias nos postos de ocupação.

Quando perguntados se desejavam voltar a condição de assalariamento, 6 (seis) pessoas afirmaram que não, e 4 (quatro) afirmaram que pretendiam tentar vagas com carteira assinada. Nos discursos desses colaboradores(as), apresentou questões como: frustrações com as vagas de empregos, a dificuldade de ser contratado(a), o baixo salário oferecido pelas empresas e a jornada de trabalho, como mostra a seguir:

[...] Pretendo sair daqui e encontrar uma vaga de emprego, mas no momento é complicado e já fiz várias entrevistas e não fui chamada eu já tenho 35 anos e fica tudo mais difícil não é nada fácil (ENTREVISTADA 1).

[...] Gosto daqui e acho que ganho mais aqui do que trabalhando em uma empresa que nem condenado [...] aqui faço minha hora e vendo minhas mercadorias tranquilo e sem aperreio de ninguém. (ENTREVISTADO 2).

Ambos os entrevistados apesar da primeira pretender voltar ao emprego assalariado e o segundo não, criticam às condições de trabalho que eles vêm se sujeitando no mercado formal. E às vezes, com mostra a pesquisa, os

²¹ Trabalho é um direito: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalhos das/os trabalhadoras/es do comércio informal da av. Conde da Boa Vista na Cidade do Recife, disponível em: <https://marcozero.org/pesquisa-revela-perfil-socioeconomico-de-ambulantes-da-av-conde-da-boa-vista/#prettyPhoto>

trabalhadores ambulantes optam por essa prática de atividade por serem mais rentáveis, mais flexíveis e sem hierarquias burocráticas de uma corporação formal. Nem todos estão aptos a se sujeitar a uma relação patrão-empregado, ou qualquer hierarquia que prejudique o próprio indivíduo.

Ademais, compreendido um pouco das trajetórias ambulantes, é indispensável pensar como se reproduz a atividade dos trabalhadores de ruas e quais são suas estratégias de sobrevivência em um contexto de precarização e informalização do mundo do trabalho. Ressaltando a origem e comercialização dos produtos e como estabelece esse comércio apoiado na teoria dos circuitos de Milton Santos.

3.3.2 O trabalho ambulante e às estratégias de sobrevivência

A criminalização das vozes e dos direitos ambulantes, como demonstrado na pesquisa até o momento, é algo recorrente no cotidiano desses resistentes, que são alvos de repressões e preconceitos por parte da população e do poder público que constantemente negligencia seu papel de incluir o comércio ambulante de forma regularizada na cidade. O trabalho de rua vem sendo adotado por muitos indivíduos como uma estratégia de sobrevivência como única via de prover o sustento familiar.

Os indivíduos que adentraram na informalidade como alternativa ao desemprego acabam permanecendo mais do que o previsto, tornando muitas vezes uma situação que antes seria de transição, diante de uma casualidade, uma atividade permanente. E em um contexto, onde a economia apresenta nenhuma perspectiva de melhora, principalmente para os que estão em situações de vulnerabilidade social, a tendência é de expansão do setor informal, como vem ocorrendo nos últimos anos.

A Atividade da informalidade atua como subterfúgio para minorar as necessidades oriundas da exclusão dos postos de trabalho. O setor formal sobrevive graças aos preços competitivos de produtos e serviços tendo como público trabalhadores assalariados. Como visto anteriormente, dentro da estrutura do mercado moderno, há uma interdependência desses circuitos comercialização, e a relação entre eles é mediado por um setor intermediário composto por: transportadores, atacadistas e prestadores de serviços.

A função do intermediário na ligação desses circuitos é importante, na medida que, ele é o responsável por fornecer às mercadorias ao circuito inferior e fomentar o mercado através de pequenos investimentos ou empréstimos consignados, seja ele em dinheiro ou mercadoria. Muitos desses atravessadores, intermediários, transportadores, ou qualquer outra denominação, são responsáveis por dinamizar o mercado, oferecendo paulatinamente, novos produtos e injetando investimentos para o consumo de rua. Segundo Milton Santos (2008, p. 225):

Nos países subdesenvolvidos, a existência de intermediários é a própria condição, a base das possibilidades estruturais de funcionamento da economia. As desigualdades de rendas são tais, que a economia não poderia funcionar sem isso. Quanto mais pobre é o indivíduo, mais ele depende dos intermediários para se abastecer.

Assim, essa função configura-se relevante e de suma importância para o funcionamento atual da economia urbana. Com isso, pode-se notar que nos últimos anos, o surgimento de empresas especializadas em desenvolver produtos para o comércio de rua, no Recife, por exemplos, representantes de marcas de pipocas e águas, passam a negociar diretamente com esses trabalhadores, como se mostrou em alguns dos relatos.

[...] Os produtos que vendo são fornecidos por um contato que tenho dentro da própria fábrica de pipoca aí consigo um preço mais em conta e às vezes quando acaba eles até vêm entregar por aqui porque compro com eles faz anos. (ENTREVISTADO 3).

[...] Eu pego esses produtos na loja de um chinês perto do mercado São José e aí ele me repassou às mercadorias por cinquenta por cento e quando eu vendo eu pago o restante (ENTREVISTADO 5).

Durante o campo a origem do produto se apresentou como uma categoria de análise importante para entender a atividade de rua, que por ventura poderá ser explorada com mais propriedades. Na observação foi possível notar alguns dos caminhos e vias que percorre a mercadoria: Através da negociação direta com distribuidoras de produtos; por meio do contato direto com a fábrica; por intermédio de um contato que faz uma conexão com o fabricante; mediante a um empréstimo da mercadoria e porcentagens por vendas, dentre outras modalidades existentes.

A origem do produto é também um ponto a ser debatido, pois alguns

produtos nas entrelinhas dos discursos, são providos de maneira ilícita, esbarrando com as normas constitucionais. Expressam por exemplo, questões com cargas roubadas, adulteração de produtos, pirataria, consumo inapropriado dentre outras questões. Dois pontos de vendas são bastante comuns, mencionados e inclusive já foram locais de investigações políticas que é o mercado de Água fria, Imbiribeira e Cavaleiros.

Por outro lado, também existe a perspectiva das mercadorias que não trafega por essas rotas, que provém de maneira lícita pagando os devidos impostos. Que inclusive faz parte da narrativa de muitos trabalhadores, que querem ganhar dinheiro com trabalho honesto dentro das regularidades.

[...] O que a prefeitura pensa sobre nós? pagamos impostos e trabalhamos de forma digna porque ninguém está aqui roubando não. Tem que nos respeitarem somos mães e pais de família, quem eles pensam que é? (ENTREVISTADA 1).

O discurso de uma atividade informal irregular é totalmente contraposto por esses trabalhadores(as), afirmando que eles consomem produtos de forma regular e pagam impostos como qualquer outra pessoa. Ressaltando o quanto é difícil desconstruir esse estigma em relação às atividades de rua. No trabalho de campo, o tempo trabalhado na área variou entre 6 (seis) a 1 (um) ano na atividade informal. A jornada de trabalho longa é exaustiva é uma característica presente na atividade, a quando perguntado sobre a média de hora trabalhada constatou que varia entre 8 (oito) a 11(onze) horas por dia, como ilustra em seguida:

Quadro V - Características da atividade de trabalho e suas estratégias

N	Tempo como ambulante	Quantas horas você trabalha por dia (Média)	Quais as principais Mercadoras comercializada	trabalho: ocasional ou autônomo	Pontos positivos e negativos
1	3 anos	de 9 a11 horas	Pipoca e água	ocasional	É positivo o movimento por ser área central, negativo pela falta de organização em horário de pico.
2	5 anos	de 8 a10 horas	água, pipoca e salgadinhos	autônomo	Bom por ficar perto do shopping então facilita acesso a banheiro etc. negativo devido à grande concorrência aqui.

3	6 anos	de 8 a 9 horas	Pipoca, água e chocolate	autônomo	É positivo devido a quantidade e de consumidores e negativo pois não há segurança e direitos trabalhistas.
4	4 anos	de 7 a 8 horas	Cachorro quente	ocasional	Positivo por ser uma forma de garantir o sustento, negativo por ser uma longa jornada.
5	5 anos	de 9 a 10 horas	produtos para Celular	ocasional	Eu gosto de não ter chefe e pressão por metas, negativo quando o movimento é fraco.
6	3 anos	de 10 a 11 horas	Películas para Celular	autônomo	O que é bom aqui é a localidade, mas é muitos trabalhadores com mercadorias semelhantes.
7	1 anos	de 8 a 9 horas	água	ocasional	Eu gosto por ser uma atividade que ajuda a ter uma renda, mas negativo por não ser um trabalho garantido.
8	2 anos	de 9 a 11 horas	Doces e salgados	ocasional	É bastante bom tudo aqui, não saberia dizer um ponto negativo, graças à Deus tenho como me virar.
9	3 anos	de 8 a 10 horas	Produtos para celular	autônomo	O ruim aqui é o tempo de trabalho, às vezes o dia é bom, às vezes não tanto. Mas eu gosto, é aqui que ganho meu dinheirinho suado.
10	2 anos	10 horas	Produtos eletrônicos	ocasional	Eu gosto, o movimento é bom, o pessoal que trabalha aqui ajuda, mas a rotina é muito pesada.

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Se constata também que jornada de trabalho muitas vezes é acima das horas trabalhadas em um emprego assalariado. Muitos dos entrevistados(as) não tem horário rigidamente estabelecido, porém, geralmente trabalham desde às 9 da manhã, momento que organiza o seu ponto de atividade, até o recolhimento entre 8 ou 9 horas da noite. Alguns, reservam ou alternam com outras pessoas no ponto, principalmente com filhos ou parentes próximos.

A mercadoria dos trabalhadores varia bastante, contudo, podemos dividir em tipos de mercadorias, como exemplo: a) mercadorias alimentícias, que inclui industrializados como pipoca, salgadinho, confeitos, água, amendoim dentre outros) importados e eletrônicos, que se refere a produtos eletrônicos para celulares e notebooks, sons, relógios e outros; c) serviços, aplicação de película, massagem, sobrancelha, e outras variedades. Sendo o primeiro e segundo os mais oferecidos e procurados.

No que tange a pergunta sobre os que trabalhavam como ambulante como uma questão de autonomia ou por motivos ocasionais, 6 (seis) pessoas afirmaram está no ramo de forma ocasional, e 4 (quatro) por autonomia. Essa pergunta levou em consideração os seguintes termos: se a pessoa entrou na informalidade por vontade e escolha ou se foi levada a essa via pela ausência de escolha e oportunidade.

Sobre os pontos positivos e negativos presente no discurso dos (as) colaboradores(as), apareceu como positivo a questão da localidade, a flexibilidade de horários, a possibilidade de garantir o sustento familiar e o fluxo do ambiente. Como negativo, a falta de infraestrutura; a ausência de direitos trabalhistas; o aumento da concorrência e redução de vendas e a longa jornada de trabalho foram as mais citadas.

Uma questão importante a ser colocada sobre a questão da infraestrutura é que muitos trabalhadores passam o dia inteiro na rua, em um ambiente de abrigo confortável para descansar um pouco, e o único lugar que oferece um refúgio atrativo é o Shopping nas proximidades. Contudo, alguns entrevistados(as) que não são bem recebidos nesse ambiente, apesar de ser um espaço de “livre” acesso popular, muitos relatam que são repreendidos, perseguidos por seguranças ou encarados de maneira constrangedora.

[...] O que é bom aqui é o Shopping, devido a sombra, mas não gosto muito de lá não porque alguns seguranças ficam nos olhando estranho, parece que a gente não é uma pessoa. (ENTREVISTADA 8).

[...] Às vezes tem conflito aqui entre algum trabalhador com segurança. Uma vez um mesmo disse que tem ordem para ficar de olho aqui para ninguém entrar e fazer baderna. [...] (ENTREVISTADA 1).

Fica claro desse modo que existe uma certa exclusão e diferenciamento de tratamento em relação ao Shopping, empreendimento privado, com os

comerciantes de ruas. Mesmo dividindo às mesmas calçadas, o setor chamado na lógica mercadológica de inferior é excluído e repellido de espaços destinado ao setor “superior”. Reverberando uma narrativa de desigualdade que não é sentida apenas no bolso. Em vista disso, a união e enfrentamento são palavras constante no dicionário da ralé.

3.3.3 O sindicato: Lutas e reivindicações sociais

Diante dos debates do plano diretor em 2008 na cidade do Recife, que iniciou uma discussão sobre a reorganização urbanística da cidade, com um objetivo principal de organização do espaço público e conseqüentemente a retirada dos trabalhadores ambulantes das ruas e avenidas do centro do Recife. Houve uma intensa mobilização por parte dos trabalhadores ambulantes, que não ficaram satisfeitos com as propostas apresentada sem contrapartida para a categoria.

Em dezembro de 2012, visando fortalecer a luta pelos direitos da categoria foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI). Representando uma importante conquista para a categoria reivindicar seus direitos, constituindo-se uma rede de trabalhadores organizados, que a priori tinha a ideia de unir forças para contrapor o plano de remanejamento dos trabalhadores da Conde da Boa Vista.

A fundação do sindicato foi uma resposta ao poder público que atuava de forma truculenta contra a categoria e visava promover um processo de gentrificação na região, removendo esses trabalhadores para localidades remotas no centro da cidade. Esse tipo de ação ocorreu inicialmente no contexto da Copa do Mundo, que passaria a deixar o país em evidência, a ordem expressa do poder público era de esconder as mazelas sociais do país, dentre eles, esconder e excluir os ambulantes.

FIGURA X- Imagens das manifestações dos ambulantes em 2014



Fonte: G1. Ambulantes carregam faixa em protesto no Recife (Foto: Renan Holanda/G1).

Em vista desse embate, houveram inúmeros conflitos e emergiram manifestações em prol da permanência desses trabalhadores na localidade, marcados pelo excesso de truculência por parte da PM, e a resistência dos trabalhadores ambulantes reivindicando seus direitos. O poder público, naquele momento, realizou uma série de apreensões de mercadorias dos trabalhadores, agindo de forma truculenta e violenta, reprimindo até os poucos indivíduos cadastrados e autorizados a comercializar na localidade.

Em meio a efervescência de indignação popular no país, que resultou também em mobilizações de inúmeras outras pautas, durante o mesmo período, os trabalhadores de ruas resistiam. Os atos foram capas de vários jornais na cidade, e o que se passou a enfatizar foi a violência que os agentes de segurança usavam para tentar silenciar as vozes ambulantes.

FIGURA XI - Imagens do trabalhador ambulantes em manifestação em 2014



Fonte: G1 (Foto: Carlos Ezequiel Vannoni/Foto Arena/Estadão Conteúdo)

Apesar de um ambiente nada favorável, a rede de solidariedade que se constituiu nessa junção de forças de trabalhadores, lideranças sindicais e expoentes políticos, conseguiram frear às propostas de retirada dos ambulantes de suas localidades. A criação do sindicato foi um marco para categoria, uma vez que, os trabalhadores passaram reivindicar seus direitos de forma coletiva e integrada, para além dos indivíduos que comercializam na região.

É importante ressaltar que a sindicalização dos trabalhadores informais, em especial, os de ruas, integra apenas uma parcela da categoria. Geralmente, os trabalhadores das regiões centrais do Recife, como no Bairro da Boa Vista e Santo Antônio. Na análise de campo, ficou evidente que os trabalhadores dos transportes públicos em geral não têm nenhum vínculo sindical e atua de forma autônoma através de uma organização de entre si.

Já no caso da Boa Vista não, normalmente os ambulantes são veiculados a um ou mais sindicatos e participam frequentemente deles. Essa veiculação é que muitas vezes permitem a comercialização na região, que devido a limitações territoriais, são restritas pelos próprios comerciantes. Segundo o Presidente do Sintraci, Evaldo Gomes, estima-se que atualmente existam cerca de 150 trabalhadores ambulantes nas Proximidades do Shopping, 324 ao longo da avenida e cerca de 8 mil trabalhadores espalhado pelo centro da Cidade. Sendo que dos 324 trabalhadores, apenas 120 são cadastrados e autorizados pela prefeitura.

O sindicato durante os anos de 2016 a início de 2019, foi desarticulado, umas das motivações foram: a divergências internas, discordância com o sindicato Estadual e o arquivamento da discussão urbanística. Contudo, em abril, de 2019, diante da discussão do Projeto “Nova Boa Vista”, que visa reduzir de 324 para 60 camelôs na região, o sindicato foi reativado para novamente contrapor de forma articulada essa proposta, que atualmente já está em fase de execução. A nova composição sindical tem como liderança Edvaldo Gomes, que assume em seu discurso afirma que o maior objetivo é fazer valer os direitos dos ambulantes.

[...] Temos que garantir o nosso direito e não vamos desocupar nossos espaços. A prefeitura tem que dialogar com todos e não só ouvir os

grandes empresários. Temos que resistir até o fim e fechar às ruas todas às vezes que puder não vamos ser maltratados e jogado em um espaço degradante não. (Conversa com Edvaldo Gomes, presidente Sintraci (2019-2020)²²

Segundo o secretário de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga, os ambulantes que comercializam na área serão transferidos para os “centros de comércio informal”, que serão entregues em 2019 nas ruas da Saudade e 7 de setembro. Esses centros seriam uma espécie de “Shopping Popular”, dos mesmos moldes do “Camelódromo” da Dantas Barreto²³. Contudo, isso representa uma grande insatisfação pelos comerciantes de ruas, sindicatos e alguns representantes políticos por julgar uma que é uma ação irresponsável que marginaliza ainda mais a reprodução dos trabalhadores ambulantes.

Na pesquisa de campo, quando perguntado sobre a filiação a um sindicato, todos afirmaram estarem associado, a maioria dos entrevistados afirmam que a instituição sindical é importante para a categoria e está presente no cotidiano. Quando perguntado sobre sua opinião sobre o sindicato, em geral, os trabalhadores se mostrou otimista com o mesmo, demonstrando confiabilidade principalmente no que tange a organização de movimentos contra as recentes mudanças em andamento, como exposto no quadro a seguir.

Quadro VI- Relação trabalhador com o Sindicato

N	Participa de algum sindicato	Frequenta reunião do sindicato	O sindicato é presente no cotidiano	Acredita na atuação do Sindicato	Qual sua opinião sobre o SINDICATO (ex: SINTRACI)
1	SIM	SIM	SIM	SIM	[...]O sindicato é importante para a luta nossa principalmente com as mudanças que querem fazer aqui então participo. [...]
2	SIM	NÃO	SIM	SIM	[...]Eu já participei de umas reuniões antigamente e gostava, hoje não vou mas é

²² Esse respectivo diálogo realizado no dia 12 de abril de 2019, é categorizado como uma conversa, pois o objetivo do trabalho era realizar as entrevistas com os ambulantes, mas como explicado anteriormente, foi procurado outros atores sociais para colaborar com o trabalho, dentre eles, o Presidente do Sintraci Edvaldo Gomes.

²³ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/11/eagora-aonde-vao-os-ambulantes-da-av-conde-da-boa-vista.html>

					bom sim.
3	SIM	SIM	SIM	SIM	O pessoal aparece aqui, conversa com nós pergunta como estão as coisas, e ajuda quando precisa. [...]
4	SIM	SIM	SIM	SIM	[...] Eu acredito e conheço vários amigos que trabalham no sindicato.
5	SIM	SIM	NÃO	NÃO	Eu participo para não perder meu ponto aqui, mas eu não vi muitas coisas do sindicato não [...].
6	SIM	SIM	SIM	SIM	ajuda, já me ajudou a arrumar um ponto aqui, sempre é bom conversar com o pessoal que organiza aqui.
7	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Rapaz eu não acredito não, eu vejo umas pessoas de vez em quando, mas não quero me envolver não.
8	SIM	SIM	SIM	SIM	acredito sim o pessoal nos ajuda quando precisamos. [...]
9	SIM	NÃO	SIM	SIM	Gosto sim, conheço o companheiro Edvaldo, e sempre ele nos ajudou quando a polícia apreendeu nossas mercadorias. [...]
10	SIM	SIM	SIM	SIM	[...]Eu vou às reuniões e gosto das propostas, o problema é o prefeito Geraldo Júlio que promete e até agora fez nada.

Fonte: Amorim (2019), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Em vista disso, é notório que a sindicalização dos novos mascates se apresenta como um passo importante para o comércio informal. O conflito entre os ambulantes e o poder público renderá ainda vários desdobramentos e possíveis confrontos. Mas uma coisa é certa e presente na narrativa desses batalhadores, a resistência seguirá até o desfecho de tudo. E o trabalho informal, historicamente uma atividade característica da cidade, vem sobrevivendo entre a linha tênue do desemprego e das vias da reprodução do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado ao longo desta pesquisa, a informalidade é um setor dentro da lógica capitalista do mercado de trabalho. Pois este comporta os trabalhadores excluídos do trabalho formal, que em grande parte são pertencentes a classes desprivilegiadas, e essa reprodução do trabalho é marcada por precarização e a negação dos direitos trabalhistas a esses indivíduos. Tal atividade, é característica de países subdesenvolvidos que têm a informalidade como principal via em contraposição ao desemprego.

No Recife, e em toda região metropolitana, a informalidade representa uma atividade significativa para a economia subalterna, que hoje, é o refúgio para milhares de famílias na região. O comércio ambulante é uma atividade presente na cidade desde sua constituição histórica até a atualidade, representando-se como uma prática que faz parte da dinâmica urbana de modo indissociável.

A existência e resistência do comércio ambulante na Cidade do Recife evidência uma história de luta e enfrentamentos dos trabalhadores com o poder público, que com o tempo, tiveram que dialogar e respeitar a categoria. Contudo, ainda é comum ações repressivas para com esses trabalhadores instalados nas áreas circunvizinhas do Shopping Boa Vista. O estereótipo negativo por parte do senso comum, corroboram com o acirramento de conflitos, onde criam-se leis para punir, mas não para solucionar a questão.

Com o novo projeto intitulado “Nova Conde da Boa Vista” às discussões entre o poder público e os trabalhadores ambulantes juntamente com os sindicatos sobre o trabalho de rua tornaram-se um dos pontos centrais na atualidade. Com a proposta de uma drástica redução de trabalhadores na avenida principal e a criação fiteiros e de Shoppings populares para realocação destes trabalhadores, criaram impasses expressos em discursos de indignação e reprovação por parte dos ambulantes.

O sindicato, em especial, o Sintraci, assume um papel importante por representar institucionalmente esses indivíduos, e propor diálogo, manifestações e enfrentamentos para que as demandas advindas dos ambulantes sejam atendidas. Essa organização sindical que se refunda em 2019, ressurgiu diante da necessidade de organizar e unir os trabalhadores, fortalecendo as redes de colaboração e solidariedade entre eles.

Entre os entrevistados/as todos/as informaram participar ou ser filiado a algum sindicato ou associação de trabalhadores ambulantes. A maioria afirma participa constantemente das reuniões, atos e debates realizados pelas frentes sindicais, dentre os dez entrevistados/as, oito afirmam que o sindicato é presente no cotidiano, e que confia em sua atuação.

Sobre a questão da rede de sociabilidade, com a pesquisa, pode-se evidenciar que a organização do comércio é estruturada por trabalhadores antigos da localidade, e essa relação tem um funcionamento orgânico, onde cada um atua em seu espaço respeitando os demais ambulantes, que devido a quantidade de trabalhadores, é comum se deparar com os mesmos tipos de mercadorias entre eles.

O clima, de acordo com discurso dos entrevistados, é de companheirismo e solidariedade, e essa coesão social que em palavras marxistas poderia ser denominada de consciência de classe, é notório no ambiente. Muitos partilham posições políticas e participam de movimentos sociais e sindicais, expressos em discursos, em vestígios de materiais políticos de eleições passadas dentre outros elementos perceptíveis.

Em relação a revitalização da av. Conde da Boa Vista e o projeto de realocação de trabalhadores ambulantes, os/as entrevistados/as externalizam insatisfação, pois não vê esses projetos e políticas públicas com bons olhos, e afirmam que deveriam oferecer um espaço digno para eles, e não jogar em qualquer galpão escondido da movimentação.

Desse modo, fica claro que essas análises e discussões caracteriza uma problemática sociológica que precisa ser investigada e analisada de forma mais profunda, salientando e retomando o debate da categoria trabalho na contemporaneidade, mas tendo a preocupação de incluir as novas modalidades de trabalho, os quais não são desrespeitados e esquecido pelo poder público, não detém e gozam de direitos, quiçá de benefícios e políticas públicas eficientes.

A pesquisa realizada é edificante pois contribui para a discussão acerca da informalidade e precariedade do trabalho na contemporaneidade, retratando as adjacências do Shopping Boa Vista, área central da Cidade do Recife, espaço de disputa e de intensa atividade comercial. Retomando conceitos indispensáveis da sociologia, e trazendo essa problematização social e sociológica para o nosso

cotidiano, muitas vezes despercebidas, ou então, não problematizadas. É moralmente legítima pois foi considerada discussões e análises éticas para que o trabalho respeitasse a autonomia dos sujeitos, os parâmetros científicos e sua objetividade.

A respectiva pesquisa possibilitou ir a campo e enxergar todas as adversidades que um pesquisador enfrenta no processo de análise e construção de dados. A primeira experiência de pesquisa, inicialmente, pode ser um pouco assustadora, pois você ainda está no processo de aprendizagem e não domina com experiência as técnicas e metodologias para realizar essa atividade. Todavia, foi uma experiência única que possibilitou uma construção significativa na aprendizagem, resultando neste respectivo trabalho.

Sobre as análises, reflexões e considerações dos dados, por meio da observação, aplicação das entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar as seguintes questões: A predominância entre os comerciantes informais na Conde da Boa Vista são de homens, que consideram-se predominantemente pardos e negros, que faturam em média, um a dois salários mínimos mensais, e comercializam diversos produtos, dentre os principais cita-se : Eletrônicos e acessórios para celulares, óculos e relógios, pipoca, água, serviços e afins.

Em grande maioria, são residentes do Recife ou de cidades circunvizinhas, com baixa qualificação profissional, e que tem um nível escolar baixo, entre ensino fundamental e médio incompleto. A ocupação, nos diversos casos, aparece inicialmente como uma ocupação temporária que acabaram se tornando fixa ou ampliaram o tempo de transição até a busca por uma vaga no setor formal.

Pode assim evidenciando o circuito inferior, como um importante setor de empregabilidade para indivíduos que não conseguiram por muito tempo adentrar em vagas no mercado de trabalho formal. Sejam eles/elas ralé ou batalhadores/as, uma coisa é pertinente: quem não consegue sobreviver ou lutar por espaço e postos de trabalho, acaba sendo engolido pelo capitalismo, que tem a desigualdade como principal motor e gerador de lucro.

O respectivo trabalho evidencia diretamente uma problemática de desigualdade, visto que, trata de indivíduos que não são contemplados com direitos trabalhistas. Como resultado, a pesquisa aponta que é de suma importância discutir ações e políticas públicas que viabilizem a realização das

atividades informais. No respectivo caso, foi constatado que muitos desses comerciantes desejam um lugar fixo adequado para exercerem suas atividades, contudo, o projeto que está sendo elaborado não contempla suas reivindicações.

Ademais, em uma situação de instabilidade econômica e política, as taxas de desemprego despontam e com ela a taxa de indivíduos que passam a tentar fazer seu próprio negócio de maneira informal, na medida que o mercado não abre novas oportunidades. Problemática está já evidenciada por Karl Marx em sua crítica ao meio de produção capitalista. E desse modo, esses indivíduos passam a serem desassistidos e desamparados pelas leis trabalhistas que diante a reforma trabalhista, retrocedeu na garantia de direitos significativos.

Por fim, a perspectiva da pesquisa teve o objetivo de visibilizar as vozes marginalizadas de trabalhadores/as ambulantes no centro do Recife, que tem a informalidade como uma via de sobrevivência e resistência social. Por meio de um recorte metodológico, dez pessoas se dispuseram colaborar com esses levantamentos, externalizar suas histórias, trajetórias e estratégia de sobrevivência.

Assim, o trabalho somado a demais outros trabalhos sobre o fenômeno da informalidade no Brasil, alimenta novas perspectivas e indagações acerca da temática. Como perspectiva futura, há muito o que se investigar, como por exemplo, evidenciando a perspectiva do poder público, sindical, ou dos próprios consumidores dos produtos. Análises mais profundas sobre as novas modalidades de trabalhos informais, a desregulamentação trabalhista e interdependência dos circuitos de produção, entre outras problemáticas ainda sem análises substanciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal?** uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2a Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1977

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal:** a demanda de pequenos serviços no Grande Recife. - 2.ed.- Recife: Editora Massangana, SUDENE, 1983.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CONSTANT. Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada com às dos modernos.** Revista Filosofia Política n. 2, 1985.

ESTEVA, Gustavo; SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento:** Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis:** Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro.ed.1 Editora: ROCCO, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.** - 11 edição. São Paulo: Globo, 1995.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** 7. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento: Dilemas da justiça na era pós-socialista**. Jessé Souza (org.). Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. ed.- Brasília: editora universidade de Brasília, 2001.245p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas,1999.

GUIMARÃES, Nadya. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho O que é trabalho**. In: GRINT, Keith. Sociologia do trabalho. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

GORZ, André. **Misérias do Presente, riqueza do possível**. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**.3 edições, São Paulo, companhia das letras,1997.

MACAMBIRA, Júnior; ARAÚJO Tarcísio; LIMA, Roberto (ORG). **Mercado de Trabalho: Qualificação, emprego e políticas públicas**. Fortaleza: IDT, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1988. P. 37-47.

MARX, Karl, **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, 2009.

NASCIMENTO, Amauri. **Iniciação ao direito do trabalho**. 28 ed. São Paulo: Ltr, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, Injusto:** percepções do mercado de trabalho no Brasil” In: RBCS, Vol. 18, no. 53, outubro/2003.

OFFE, Claus. **“Trabalho: a categoria-chave da sociologia?”**. Rev. bras. Ci. Soc. v.4 n.10 Rio de Janeiro jun. 1989.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** Recife: HUCITEC, Recife: UFPE: CNPU, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Tradução de Antônia Déa Erdens; Maria Silva. Petrópolis: Vozes, 1982.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira.** ed.3. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2006.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** Quem é e como vive. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SOUZA, Jessé. Os Batalhadores Brasileiros. Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? **ed. 2. Editora: UFMG; Belo Horizonte, 2012.**

TAVARES, M. Augusta. **Os Fios invisíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais - afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Silva, **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa quantitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** 3 edições. Rio de Janeiro, Itatiaia ed, 1987.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE PESQUISA

ETAPA I (Pré-campo)

1. Revisão bibliográfica e definições das técnicas de pesquisas;
2. Formulações das teorias / hipóteses, problematizações e objetivos;
3. Autoconhecimento e levantamentos prévios do campo.

ETAPA II (No campo)

1. imersão no campo e delimitação do espaço;
2. Análises e observações;
3. construção de dados,

ETAPA III (Pós campo)

1. Sistematização dos dados;
2. Análise e cruzamento dos dados com a hipóteses e teorias;
3. Apresentação dos resultados.

APÊNDICE B - Estrutura da observação simples

Observação dos sujeitos

- Quem são esses trabalhadores?
- Quantos são em média?
- A que sexo pertence?
- Quais suas condições socioeconômicas?
- Como se vestem?
- O que expressam?

Observação do Espaço

- Onde as pessoas se situam?
- Quais as características desse espaço?
- Como é dividido o espaço?
- Como se identifica o sistema social?

Observação das relações socioespaciais

- O que ocorre nas relações sociais entre esses trabalhadores?
- Como as pessoas se relacionam?
- Quais características linguísticas e simbólicas?
- Como se realiza o processo da comercialização?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

(semiestruturada) Perfil e identificação do trabalhador ambulante

Nome:

Identidade de gênero:

Idade:

Estado Civil:

Cor/etnia:

nível de escolaridade:

Características Socioeconômica e Familiar

Cidade de

origem: Atual

cidade/bairro:

Residência própria ou alugada?

Você tem filhos?

Quantas pessoas moram com você?

Seu trabalho é sua forma de renda principal ou forma complementar?

Há mais alguém da sua família que trabalha como ambulante?

Na família, há alguém que recebe ou recebeu algum benefício?

Trajetórias dos trabalhadores ambulantes

Fale um pouco da sua trajetória profissional?

Quais foram suas dificuldades em sua trajetória?

Com quantos anos começou a trabalhar?

Quais trabalhos remunerados já realizou?

E quais trabalho que você realizou tiveram carteira assinada?

Características da atividade de trabalho e suas estratégias

Quando começou a trabalhar no comércio ambulante?

Como é sua rotina de trabalho?

Quantas horas você trabalha por dia?

Quais as principais mercadorias que você comercializa?

Qual era a sua ocupação anterior? e por que deixou a ocupação anterior?

O que levou você a escolher o trabalho no comércio ambulante?

Quais são os pontos positivos e negativos do trabalho de ambulante?

Espaço de comercialização

Há colaboração e solidariedade entre os trabalhadores ambulantes?

Vocês se ajudam no dia-a-dia?

Como é a organização do trabalho do comércio ambulante?

Como os trabalhadores ambulantes organizam as vendas?

Como você escolhe as mercadorias que vai adquirir e comercializar?

Você tem um fornecedor ou negocia diretamente com o distribuidor?

Você concorda com o novo projeto da Conde da Boa Vista?

O que você acha de comercializar na Conde da Boa Vista?

Relação do trabalhador com o sindicato

Você é associado a algum sindicato?

você frequenta as reuniões do sindicato?

O sindicato é presente no cotidiano?

Você acredita na atuação do sindicato?

Conhece o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (SINTRACI)? Qual sua opinião sobre o sindicato?